



**UNIVERSIDADE FRANCISCANA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

DIEGO DA MAIA MIRANDA

**POR UM SINDICATO SEM AMARRAS: ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SANTA MARIA DE 1982-1988**

Santa Maria, RS

2021

DIEGO DA MAIA MIRANDA

**POR UM SINDICATO SEM AMARRAS: ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SANTA MARIA DE 1982-1988**

Trabalho Final de Graduação (TFG)
apresentado ao curso de História – Área de
Ciências Humanas da Universidade
Franciscana – UFN, tendo como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciado
em História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn

Santa Maria, RS

2021

DIEGO DA MAIA MIRANDA

**POR UM SINDICATO SEM AMARRAS: ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SANTA MARIA DE 1982-1988**

Trabalho Final de Graduação (TFG)
apresentado ao curso de História – Área de
Ciências Humanas da Universidade
Franciscana – UFN, tendo como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciado
em História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn

_____, ____ de _____ de _____.

Banca examinadora

Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn (Universidade Franciscana)

Orientador

Prof. Dr. Márcio Tascheto (Universidade Franciscana)

Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto (Universidade Federal de Santa Maria)

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores metalúrgicos, em especial os trabalhadores do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria. Aos meus pais, Telma Aparecida da Maia Miranda e Almir dos Santos Miranda, por toda dedicação para nos criar, nos dando os melhores exemplos para a vida cotidiana, que sempre me ensinou o caminho do trabalho do respeito e da honestidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, e a meu mentor espiritual, aos meus familiares, em especial minha mãe, Telma Aparecida da Maia Miranda, que sempre me deu força para seguir em frente e assim realizar o meu sonho de concluir o curso de História, sempre esteve ao meu lado demonstrando o valor da família, do respeito, do amor, da verdade e da justiça. Em valorizar a família e os amigos que são a nossa maior riqueza. Em sermos humildes, e buscar nossos sonhos com coragem e dedicação, trabalhando e estudando. Ao meu pai, pelos ensinamentos, de sermos honestos, de trabalharmos, e levar a justiça, como lema para a vida, de não aceitar mentiras por onde passamos, em ser verdadeiros sempre, e lutar com a classe trabalhadora.

Agradeço a minha Noiva Luciane Ludwig, pela paciência e companheirismo, por sempre estar do meu lado, nos momentos difíceis, para que não desanimasse do objetivo de terminar o curso de história. Pois é nas adversidades que vemos quem está conosco, sempre demonstrou carinho e amor, me auxiliando nos momentos conturbados da faculdade.

Não posso deixar de agradecer a minha tia Lorena Miranda, por não me deixar desistir dos estudos, e por ter me levado até o curso pré-vestibular, Praxís popular no ano de 2012, onde após realizar os estudos, e prestar o vestibular, consegui entrar na Universidade Franciscana, no ano de 2014, e dar um passo a mais na minha caminhada terrena, quem iria imaginar, um operário dentro de um curso superior, buscando o conhecimento, a troca com os demais colegas e professores, pois todos nós possuímos um tipo de saber.

Agradeço ao professor Márcio Tascheto pela orientação no trabalho final de graduação I, que me proporcionou uma grande ajuda para seguir em frente, nas pesquisas, ajudando na qualificação do TFG I. Meu agradecimento a Prof^a. Janaína Souza Teixeira, que sempre me ajudou no decorrer do curso, das aulas instigantes, onde apesar da timidez, sempre me orientou a participar das aulas, dos debates dos textos. Não esquecendo das orientações dos estágios 3 e 4, assim como na residência pedagógica, que possibilitou um ganho como professor de história.

Agradeço a Prof^a. Roselaine Casanova, que sempre me incentivou a melhorar, como aluno, a ter mais confiança e buscar o aprimoramento nas aulas, e nas atividades propostas em sala de aula. Assim como os professores Odilon Kieling Machado, pelas conversas após as provas, que sempre foram enriquecedoras. Ao professor Alexandre Maccari pelas magníficas aulas, nos possibilitando refletir acerca do assunto. Associando as leituras dos textos, e os filmes, assim nos disponibilizava abordagens novas. Ajudando-nos a ter uma maior compreensão dos fatos históricos.

Agradeço a todos os colegas e amigos que o curso de história da UFN me proporcionou, em especial a turma de 2014, que foi onde tudo começou. Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Leonardo Guedes Henn, pela paciência em me orientar, pela disposição em me auxiliar sempre que eu pedia uma orientação, estava disposto a orientar, pelas aulas de Brasil República 1 e 2, que foi onde me despertou o interesse sobre o assunto do movimento dos operários no Brasil,

e a busca por melhores condições de vida. Onde pude perceber o que gostaria de pesquisar e conseqüentemente escrever como trabalho final de graduação.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar acerca da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria no período final da ditadura civil-militar ao processo de redemocratização nos anos de 1982 a 1988, para assim analisar quais eram as principais reivindicações do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria e a sua importância para a classe trabalhadora. Evidenciar as formas de lutas que o sindicato abordava para conseguir as conquistas para a classe dos trabalhadores do setor metalúrgico de Santa Maria, assim como quais eram as tendências políticas dentro da entidade sindical. O tema abrange a fase de reestruturação da sociedade, tanto na parte econômica como na política, assim como nas relações sociais e trabalhistas. Entendendo a importância das entidades sindicais como forma de obter uma melhor organização da classe trabalhadora no Brasil, em busca de melhores condições de vida e trabalho. “O sindicato, como forma e instrumento de defesa coletiva dos trabalhadores, nasce com o surgimento da industrialização e conseqüentemente, da nova classe operária. Da mesma forma surge a nova classe patronal” (ROSSI,2009, p.15). O trabalho aborda sete anos de lutas do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, de 1982 a 1988, com bases em leituras das Atas do sindicato, de suas reuniões, assembleias, fornecendo dados acerca das ações dos membros da entidade sindical. Procurou-se fontes sobre a atuação do sindicato, na busca pelas reivindicações dos trabalhadores do setor metalúrgico. E, conseqüentemente, as suas conquistas, se assim a tiveram. Os sindicatos são organismos sociais criados para a defesa dos interesses econômicos e também sociais dos seus membros. Notamos que a nova direção luta por essas conquistas, priorizando a unidade da classe metalúrgica, para assim, unidos, obter as melhorais para os associados.

Palavras-chave: sindicato; reivindicações; trabalhadores metalúrgicos; conquistas.

ABSTRACT

The present study aims to investigate about the performance of the Metalworkers Union of *Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil*, in the final period of the civil-military dictatorship to the redemocratization process in the years 1982 to 1988, in order to analyze which were the main claims of the Metalworkers Union of *Santa Maria* and its importance to the working class. To highlight the forms of struggles that the union used to achieve conquests for the working class of the metallurgical sector of *Santa Maria*, as well as what were the political tendencies within the union entity. The theme covers the restructuring phase of society, both economically and politically, as well as in social and labor relations. Understanding the importance of the union entities, as a way to obtain a better organization of the working class in Brazil, in search of better living and working conditions. "The union, as a form and instrument of collective defense of workers, was born with the emergence of industrialization and consequently, of the new working class. In the same way, the new employer class emerges" (ROSSI, 2009, p. 15). The work addresses seven years of struggles of the metalworkers' union of *Santa Maria*, from 1982 to 1988, based on readings of the minutes of the union, its meetings, assemblies, providing data about the actions of the members of the union entity. Sources were sought about the actions of the union, in the search for the claims of the metalworkers. And, consequently, their conquests, if they had any. Unions are social organizations created for the defense of the economic and also social interests of their members. We notice that the new direction is fighting for these conquests, prioritizing the unity of the metallurgical class, so that, united, we can obtain the best for the members.

Keywords: Trade union; Claims; Metalworkers; conquests.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 IMPASSES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO “NOVO” SINDICALISMO A NÍVEL NACIONAL NOS ANOS DE 1980	15
2.1 SINDICALISMO SOB A DITADURA CIVIL-MILITAR	15
2.2 ATUAÇÃO DO “VELHO” SINDICALISMO.....	18
2.3 A BUSCA POR UM SINDICATO MAIS COMBATIVO, CONTRA O SINDICATO “PELEGO”	23
2.4 LUTAS GREVES, CUT E NOVAS FORMAS DE REIVINDICAÇÕES	27
3 FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DE SANTA MARIA NOS ANOS 1980	31
3.1 ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA.....	31
3.2 QUAIS AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS DENTRO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA	38
3.3 POR UM SINDICATO SEM AMARRAS	40
4 MOSTRAR AS CONQUISTAS EFETIVAS DOS TRABALHADORES	43
4.1 SINDICATO MAIS COMBATIVO, QUE REPRESENTA A CATEGORIA OPERÁRIA.....	43
4.2 NOVAS FORMAS DE LUTA, E SEUS GANHOS REAIS PARA A CATEGORIA	46
4.3 CONTEXTO DAS LUTAS SINDICAIS EM SANTA MARIA	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. Os trabalhadores metalúrgicos, em vários momentos históricos, acabam por demonstrar o seu protagonismo. Este protagonismo, em questões sociais, busca conquistar direitos, não somente no âmbito de sua profissão, mas também enquanto cidadãos brasileiros. A classe trabalhadora luta por melhores salários, redução da jornada de trabalho, melhorias no local de trabalho.

Fruto de anos de luta e organização sindical, por uma sociedade mais justa, que valorize os setores sociais, em especial, o operariado e seus Sindicatos, como uma das forças sociais do Brasil. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, possibilitou-se tornar os trabalhadores sujeitos ativos e participantes da história e da vida do país, no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista, nos setores da indústria nas áreas urbanas.

Os trabalhadores tiveram, na categoria metalúrgica, um expoente importante de estratégias e de confronto político, que acabou por marcar esse período com um formato de inovações no nível de organização dos trabalhadores e dos sindicatos. Pois acabou por renovar as ações sindicais, que eram tradicionalmente controladas pelo Ministério do Trabalho. Este movimento ficou conhecido com o nome de “novo sindicalismo” e trouxe mudanças à conjuntura brasileira das últimas décadas.

O meu interesse sobre Sindicalismo surgiu quando ingressei no mercado de trabalho, e logo após começar a frequentar as assembleias do sindicato, a qual pertencia, que na época era o sindicato da alimentação de Santa Maria, pois trabalhava na indústria alimentícia. Lembro-me que ficava admirado com a atmosfera das assembleias, das votações, de ver os trabalhadores associados participarem das reuniões, das falas dos membros do sindicato, toda essa questão da participação coletiva por busca de melhorias aos trabalhadores.

Mas após alguns anos de trabalho na empresa, 6 anos para melhor informar, fui desligado da mesma, o que acabou me afastando de tudo por um tempo. Lembro também do que meu pai falava sobre os trabalhadores, bem na época das campanhas eleitorais de 1989, “que trabalhador vota em trabalhador”. Os trabalhadores são cidadãos, são eles que produzem a riqueza deste país, com sua força de trabalho, e contribuem, decisivamente, para o progresso e o bem-estar de toda a sociedade.

Somente após ingressar na universidade Franciscana (UFN), antiga UNIFRA, no ano de 2014, que retornei a pensar sobre Sindicatos, depois de alguns semestres, de leituras, e estudos de textos sobre os aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. Os que mais me instigavam eram os textos de cunho social, que falavam da composição da classe operária, das suas lutas por melhores condições de trabalho, por melhores condições de vida, onde demonstra-se que, para poderem obter estas melhorias, os trabalhadores teriam de se organizar, se mobilizar enquanto classe, para ir em busca de suas reivindicações.

Um dos textos que mais me instigou foi “Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva”, de Cláudio H. M. Batalha, o artigo aborda a formação da classe operária na Primeira República, mas não há uma ruptura com o sistema escravista no seu princípio, pois o Brasil ainda não tinha perdido as suas características agrárias, os seus conflitos étnicos entre os trabalhadores imigrantes e os nativos, essa situação enfraquecia a organização dos trabalhadores e sua unidade. A importância dos professores do curso de história da UFN foi vital para que eu pudesse colocar em prática as pesquisas, em especial, com a orientação do professor Leonardo Guedes Henn. Não podendo esquecer os colegas do curso de história da UFN, pelos debates, pelas trocas de conhecimento em sala de aula, que acabaram por enriquecer os diálogos acadêmicos.

Sabemos que o aparecimento deste operariado urbano-industrial, das décadas de 1870 e 1880 do século passado, vem com o surgimento das primeiras indústrias, a imigração estrangeira massiva, o aumento da população livre ampliou o surgimento destes grupos, junto com a própria mudança da sociedade brasileira, que passa a ser de caráter urbano-industrial de importância nas três últimas décadas do século XIX. Com o crescimento do operariado no Brasil. Estes imigrantes, e até mesmo os brasileiros, saem do campo, vítimas das péssimas condições de trabalho e vão para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro enfrentar os trabalhos nas fábricas que estavam a se formar neste período.

Uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores foram as associações mutualistas, que visavam dar apoio para os operários, que eram demitidos ou que perdiam seus empregos. Por questões de saúde, como não existia leis, na época, as associações tinham este caráter de auxílio aos proletários. “Associações operárias da mais diversa natureza, sociedades de auxílio-mútuo e

solidariedade, organizações profissionais, agremiações de trabalhadores, jornais dirigidos aos imigrantes aparecem com alguma ressonância já por esse período” (DECCA, 1991, p.8).

O século XIX é muito importante para os primeiros sindicatos exercerem as suas funções de organização, mobilização dos trabalhadores, onde buscam uma perspectiva de maior autonomia para a classe operária. Construção de uma cultura alternativa operária fundada na liberdade e igualdade de valores contrapostos ao capitalismo. Sabemos que não existiam leis trabalhistas que regulassem o trabalho, e por não existir estas leis, havia muita exploração por parte dos patrões, usando da mão de obra de mulheres e de crianças, pois pagavam um salário bem inferior em relação ao que era pago aos homens.

O Brasil vai experimentar diferentes formas de organização, os principais movimentos da época são: *anarquismo*, que começa a se desenvolver entre 1906 e se mantém forte até 1924, outro movimento era o *anarco-sindicalismo* que, em lugar da luta política, buscava a luta dentro da fábrica, luta por ação direta, a greve seria tomada como enfrentamento da ordem capitalista, em si mesma, rejeitando a necessidade de partido político, pela classe operária, viam nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. Um outro exemplo de sindicato era o *sindicato amarelo*, lideranças sindicais que se conciliavam com o Estado, mostrando-se obedientes à ordem burguesa, mesmo que à frente de categorias combativas (ferroviários, marítimos).

A categoria dos metalúrgicos é um bom exemplo da dualidade que acaba por caracterizar o sindicalismo brasileiro nos seus primeiros anos, de um lado tinha uma ação autônoma frente ao Estado, esses seguiam a orientação anarco-sindicalista, que não aceitavam as leis de sindicalização, isto demonstra a importância desta corrente dentro da categoria dos metalúrgicos em seus primeiros anos de atuação.

Na década de 1980 o movimento operário brasileiro viveu um extraordinário momento de sua história. No final da década de 1970, em meio a uma ditadura civil-militar, ocorreram várias greves no ABC paulista, que colocou os trabalhadores novamente no centro dos acontecimentos políticos. Toda a luta que os operários tiveram contra um regime que proibia as greves teve repercussão considerável.

Como podemos perceber, a estrutura sindical brasileira era ‘totalmente inadequada’, por isso, muitos sindicalistas defendiam o fim da contribuição sindical,

pois com ela o sindicato ficava atrelado ao Estado, era um dos pontos que o próprio sindicalista Luís Inácio Lula da Silva criticava, porque sem a contribuição e com a reformulação da legislação sindical tínhamos um sindicato mais espontâneo. Lula foi uma das grandes lideranças que surgiu nos anos 1980, procurando unir a classe operária, para que desta forma pudessem buscar as reivindicações. Os anos oitenta no Brasil foram marcados no campo da organização da classe trabalhadora, por uma forte ascensão e consolidação das suas reivindicações, foi uma mola propulsora do sindicalismo brasileiro, na forma de organização e unidade de classe.

Os dirigentes do “novo sindicalismo” rebelaram-se contra as políticas salariais que o governo implantara, porque eram prejudiciais para a classe operária e, por estas questões, o trabalhador procura se mobilizar em busca de melhores salários, coisa que os sindicatos ‘pelegos’ não reivindicavam. O sociólogo Ricardo Antunes (1980) possui várias publicações que são fundamentais para compreender a formação da classe trabalhadora. O autor aborda, em um de seus livros, o surgimento dos sindicatos no século XVIII na Inglaterra, e percorre a origem, evolução e a importância dos Sindicatos, até chegar ao Brasil. Assim como a contribuição do historiador Marcelo Badaró Mattos (2003), que irá abordar o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, no seu livro “O sindicalismo brasileiro após 1930”, este mostra o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Onde esta foi marcada por uma série de especificidades em relação ao padrão clássico dos países de desenvolvimento mais antigo. Outros autores de grande contribuição foram Waldemar Rossi e William Jorge Gerad (2009), em “Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista”, estes realizaram uma obra ampla e qualificada sobre a história da organização dos trabalhadores, trazendo os embates operários e suas mutações dentro do sindicalismo, como exemplo, a história de luta dos trabalhadores.

O objetivo desta pesquisa é analisar e compreender a atuação do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria, em busca de condições adequadas de trabalho e salário para os operários da categoria, nos anos de 1982 a 1988. Para alcançarmos um entendimento sobre o assunto, vamos analisar quais eram as principais reivindicações do sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria e a sua importância para a classe trabalhadora entre os anos de 1982 a 1988 a partir da Ata nº 02 (1982) das assembleias do Sindicato.

Pesquisa feita através do método qualitativo, visando conseguir dados voltados a compreender as atitudes e motivações do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria. Assim como investigar quais eram as novas formas de abordagens adotadas pelo sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, para assim conquistar as reivindicações de seus associados e atraí-los à filiação, tornando o Sindicato mais forte. Para obter maiores detalhes da investigação foi utilizada uma pesquisa baseada na leitura das atas do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria, assim como a utilização de bibliografias embasadas em livros (físicos e digitais) para poder apresentar como foi a trajetória do movimento operário brasileiro, e assim contextualizar as mudanças e transformações do Sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria no início dos anos 1980.

Para podermos alcançar um entendimento sobre a atuação do Sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, a sua organização, como forma de superar a exploração por parte da classe patronal. Os interesses da classe operária estão voltados para as melhorias salariais, das condições de vida e de trabalho da categoria, de modo geral.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro consiste em contextualizar uma fase mais geral, das lutas sindicais no Brasil, nos anos de 1980, justamente procura tratar de questões comuns dos trabalhadores à ótica social do movimento operário buscando a superação dos instrumentos golpistas, que acabaram por intervir nas entidades sindicais. O objetivo desta contextualização é apresentar ao leitor qual foi o caminho traçado por este “novo sindicalismo”, para retomar as rédeas dos Sindicatos, para assim, de uma forma mais organizada, romper com a estrutura sindical que foi imposta pelos interventores, e mobilizar a classe operária para um movimento mais combativo, mesmo sob uma ditadura militar.

O segundo capítulo está destinado à apresentação de como era a atuação do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria. De como estava organizado nesse primeiro momento, se conseguiam obter conquistas, como buscavam as reivindicações, antes da mudança de presidente da entidade sindical. No terceiro capítulo são apresentadas as novas abordagens do Sindicato, principalmente com a troca de presidente da entidade, que acaba por trazer mudanças significativas dentro do Sindicato dos metalúrgicos, que agrada mais aos associados.

A projeção conquistada pelo sindicalismo brasileiro ao longo dos anos 1980 foi de grande importância para a classe trabalhadora, pois possibilitou novas formas de

atuar, de se organizar e ir em busca das melhorias. Nos anos de 1980, por exemplo, os operários do nosso país estiveram à frente de lutas sociais e sindicais, o que demonstrou um sindicalismo de corte mais autêntico, que exigia uma ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora, que se ampliou durante estas décadas. O sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria “bebeu” nesta fonte de um sindicalismo mais organizado, mais combativo, principalmente com a nova direção da entidade.

2 IMPASSES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO “NOVO” SINDICALISMO A NÍVEL NACIONAL NOS ANOS DE 1980

2.1 SINDICALISMO SOB A DITADURA CIVIL-MILITAR

Com a eclosão de um grande ciclo de greves no ABC paulista, em meados dos anos de 1977, 1978, 1979 a 1980, que causou um forte impacto na sociedade brasileira, acabou por trazer à cena pública do país a grande participação popular e também produzir uma reconfiguração da cena política do Brasil. Na luta dos sindicatos através de uma resistência política, lança-se uma forte oposição ao regime militar, pois trouxe uma nova articulação, com perspectiva que reafirmou a estratégia de ocupação de espaços nas direções das entidades sindicais. Este foi um momento de afirmação da classe operária brasileira, um momento ímpar para a afirmação e também construção de um projeto emancipatório com uma centralidade na classe operária. Como vimos, este novo ciclo, de 1977 a 1980, acaba por coroar o acúmulo de forças que surgiu na década de 1970, sendo que os anos de 1978-1979 e 1980 foram os que mais marcaram o ponto mais alto de possibilidade insurrecional do proletariado brasileiro.

O Argumento aqui desenvolvido é que a flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira. Primeiro, porque o movimento sindical avançou e (também soube recuar), a cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário; segundo, porque a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio de sua participação afetiva nos pactos políticos que definiram a transição (BOITO, 1991, p.97).

O movimento operário sindical no Brasil teve uma importância significativa para a história no final dos anos 1970. Mesmo após o duro impacto que sofreu com a entrada dos militares no governo através do golpe de 1964, que impuseram um forte controle nas entidades sindicais, deixando pouco ou quase nenhum espaço para um sindicato mais combativo, que visasse estruturas que pudessem ajudar a classe trabalhadora. Os Militares utilizaram-se de recursos da própria legislação sindical para assim reprimir os movimentos operários. “Tão logo o golpe se consolidou, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações) (MATTOS, 2003, p. 48). Houve cassação dos

direitos políticos e também a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais da época.

O sindicalismo, devido a sua ambiguidade política, sem raízes profundas nas fábricas, não teve forças sequer para realizar uma greve de resistência. Centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção e inúmeros de seus dirigentes presos ou foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos com prisões, perda de emprego ou obrigados à vida de clandestinidade (ROSSI, 2009, p. 45).

Já os que por algum motivo conseguiram escapar das perseguições e da prisão, a única alternativa que tinham era a clandestinidade ou o próprio exílio, sair do país por um certo tempo. “Com a ditadura militar de 1964, acaba o período do sindicalismo populista desenvolvido por Getúlio Vargas. O militarismo manteve intacta a estrutura sindical e tomou medidas para aprofundar seu caráter assistencialista, dependente do Estado e de colaboração de classe” (ROSSI, 2009, p. 46). Esta fala do autor traz toda a questão dos interventores à tona, que tem por objetivo aplicar uma nova política governamental, que por traz desta pressão político-econômica e desta repressão tinha por intuito “amansar” a classe operária, que era uma das exigências das empresas multinacionais que acabaram de se instalar no país.

“A reestruturação capitalista mundial das décadas de 1970 e 1980 significou a derrota, nos países do capitalismo central, das resistências trabalhistas à ofensiva do capital, tanto no plano sindical, quanto no plano político-ideológico” (PEDROSO, 2015, p.18). Demonstra o controle que o poder econômico exerce sobre os sindicatos, e procuram impor suas vontades ligados aos grandes empresários.

A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, se deu entre outros objetivos, em torno da proposta de conter os avanços dos movimentos organizados de trabalhadores do campo e da cidade (MATTOS, 2003, p. 49).

Por outro lado, percebe-se a crise econômica no país, que só faz crescer desde o governo do então presidente da época JK, e os militares a combateriam com uma receita, em que o seu principal remédio era o arrocho salarial imposto pela ditadura como uma forma de “amenizar” o desastre econômico, outro aspecto era controlar os Sindicatos, não permitir com que os operários se organizassem de forma autônoma, e assim buscassem melhores condições de trabalho e de sobrevivência. A forma que

os militares acharam para controlar os sindicatos era nomear interventores, que eram alçados à direção das entidades sindicais, esses interventores não eram estranhos no meio sindical, eram em sua maioria antigos grupos que perderam os seus cargos em eleições sindicais, perderam as eleições para militantes de esquerda, principalmente ligados ao PCB e ao PTB. “Muitos tinham vínculo com os Círculos Operários católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano” (MATTOS, 2003, p. 49). Podemos citar a palavra de Luís Inácio Lula da Silva.

O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho da recuperação. E digo que para nós do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, a paralização não se constituiu em nenhuma surpresa (LULA, 1978, APUD: ANTUNES, 1980, p. 83).

Acabavam, de certa forma, por usar da máquina para representar suas categorias, e concretizar os seus objetivos, como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar, e assim poder caçar os adversários, que agora eram tachados de subversivos perigosos. “O apoio ao governo militar ficou explícito já em junho de 1964, com a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do trabalhador, realizada no Rio de Janeiro” (MATTOS, 2003, p.50). Nesta linha, Mattos (2003) menciona a perseguição aos líderes e militantes da corrente de esquerda dos sindicatos. Se faz através de inquéritos instaurados por interventores que buscavam reunir “provas” para incriminar as antigas lideranças sindicais como subversivas.

A submissão dos trabalhadores a esse padrão era feita de duas formas: uma forte repressão sobre as ações de resistências e os organismos representativos dos trabalhadores; e a utilização de altas taxas de rotatividade, que nas fábricas, tornou-se o principal instrumento de controle das gerências, pois ‘garantia às empresas livrar-se dos trabalhadores que não se submetiam à disciplina, às horas extras e à intensificação dos ritmos de trabalho’, funcionando também ‘como instrumento de coerção aos que permaneciam’. Assim, a rotatividade era um instrumento de controle em estruturas rígidas e centralizadas (PEDROSO, 2015, p. 129).

Reunindo essas “provas”, os interventores pretendiam demonstrar que estavam em “Revolução Democrática” (MATTOS, 2003, p.51). Segundo o próprio autor Mattos, a “CLT facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, vetando candidaturas ou destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por

interventores”, isso demonstra que tão logo tomou o poder através do golpe militar, ordena as intervenções nos sindicatos, para assim não possibilitar uma organização autônoma da classe trabalhadora.

A expressão “Novo Sindicalismo” é um período histórico do movimento sindical, onde tiveram início as lutas por reposição salarial no ano de 1977, posteriormente com as explosões de greves de 1978, a partir da Scania, fábrica que se situava em São Bernardo (SP), e acaba por se espalhar pelo país. Percebe-se que o dito “modelo econômico” da Ditadura Civil-Militar entrava em crise evidente no final dos anos 1970, e também crescia a própria dissidência no interior do bloco no poder. Os militares acabam por iniciar então uma transição lenta e gradual, para assim voltar ao poder nas mãos dos civis.

A razão inicial das greves do ABC em 1978 era a recuperação das perdas salariais anteriores (as conhecidas declarações de Lula em 1978 procuravam restringir seu significado às questões econômicas), mas sua deflagração, por si só, adquiriu expressões mais ampla. (BOITO, 1991, p.104).

Em uma entrevista, no ano de 1978, Lula afirmava que a estrutura sindical brasileira era ‘totalmente inadequada’, e que por isso defendia o fim do imposto sindical, que acabava por atrelar o sindicato ao Estado, e que o certo era fazer uma reformulação da própria legislação e também da estrutura sindical, pois o sindicato deveria ser um sindicato espontâneo, e que o próprio trabalhador deveria exigir, e por isso ele, o sindicato, existiria.

As vitórias econômicas parciais do movimento em 1978 e, particularmente, a inusitada vitória política dos sindicalistas frente ao recuo da intervenção governamental no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1979, serviram de exemplo para outras categorias e regiões do país (BOITO, 1991, p.104-105).

2.2 ATUAÇÃO DO “VELHO” SINDICALISMO

Essa expressão tem por vontade clara distinguir este período em relação ao anterior, que mostra uma predominância de uma certa organização e uma prática do sindicato que acaba sendo identificada como “velho sindicalismo”. “A oposição Metalúrgica já falava em um ‘novo sindicalismo’ naquele momento, mas uma nova fase de retomada das mobilizações ainda demoraria alguns anos” (MATTOS, 2003, p.

60). E neste “velho”, não se incluíam as lutas dos trabalhadores e as suas organizações de 1930, que foi um período heroico do nosso movimento operário, que nos possibilitou ideias mais libertárias na fundação dos primeiros sindicatos, que através destas novas ideias puderam organizar as primeiras lutas do movimento proletário no país, e assim conseguiram enfrentar o Estado, que na época via o movimento como um caso de polícia.

A consciência proletária é, portanto, uma longa distância que vai da falsa consciência, até o máximo de consciência possível que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, fornecida pelo marxismo, e transforma-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classes (ANTUNES, 1982, p. 22).

Claro que antes de 1930 já havia organizações sindicais, que eram atreladas ao Estado, e a partir da ditadura Vargas que é imposta a legislação sindical, que acaba por tirar a autonomia dos sindicatos livres e cria o sindicato estatal. Quando nós falamos de “velho” sindicalismo, se entende pela prática e estrutura sindical que marcaram a vida do sindicalismo de Estado. Este tipo de sindicato era baseado em um sindicato corporativo, que se inspirava em uma filosofia de conciliação de classes, e também com uma estrutura verticalista, com nenhuma participação dos trabalhadores, sustentado pelo imposto sindical e pela justiça do trabalho, era um sindicato com uma base mais “assistencialista”, que neste caso era qualificado como um sindicalismo de “pelego”, que tinha por objetivo “amenizar” o choque que era provocado entre a classe operária e classe patronal.

O modelo desenvolvimentista buscava promover o desenvolvimento econômico e social sem modificar as bases estruturais da sociedade, marcada por uma polarização dos indivíduos no que se refere às garantias de trabalho digno, do acesso aos bens e às demais benesses e resultados positivos provindos da expansão produtiva e do desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento se depara com o esgotamento do seu padrão de financiamento, os recursos adquiridos juntos aos países desenvolvidos, e entra em crise no início dos anos 1980 (PEDROSO, 2015, p. 115).

Segundo Rossi (2009, p. 48) “durante os primeiros dias do golpe militar, trabalhadores que já contestavam a estrutura sindical brasileira, descontentes com a falta de organização de base nas empresas, com o estilo populista e inconformados com o dirigismo do movimento sindical”. Isso porque o golpe militar já era vitorioso, os

sindicatos não tinham como resistir, assim como à esquerda, e os militares tentariam destruir o sindicalismo mais combativo e iriam impor novas regras, que foi o que acabaram por fazer. As entidades sindicais passaram a ser totalmente controladas pelos aparelhos repressivos dos militares.

A concentração de renda, juntamente com a ausência de uma sólida política social nos moldes de um Estado de Bem-Estar Social clássico, fez com que a marginalização e a exclusão social ampliassem e agravassem os problemas estruturais do Brasil, tais como a favelização, a criminalidade, a prostituição, a mendicância, a desnutrição, as carências da saúde pública e da educação brasileira, entre outros (PEDROSO, 2015, p. 128).

Isso acaba de nos demonstrar que a nova forma com que os paradigmas desenvolvimentistas que assumiu a ditadura Civil-Militar produzem uma economia de baixos salários, com uma grande desigualdade social, com a carestia dos bens de consumo, entre outros. O controle das entidades sindicais, estavam nas mãos dos interventores militares após o golpe de 1964, que faziam o controle das finanças do sindicato, que também estavam atrelados ao Estado através do imposto sindical, o Ministério do Trabalho criava os sindicatos numa forma de controlar as entidades, não havia autonomia alguma por parte dos sindicatos.

O proletariado é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregado e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarianização envolva sempre precarização em algum grau), assalariados regulares ou não. (MATTOS, 2019, p. 90).

A atuação dos sindicatos, nesta época, se dava nos marcos de um corporativismo, visando um populismo e um nacionalismo, em uma ação política preocupada com uma conciliação de classes. Em 1967, o então presidente Castelo Branco, reedita o atestado ideológico, que já haviam colocado em prática no Estado Novo, este atestado dava aos aparelhos de repressão política controle dos candidatos aos cargos de direção da estrutura sindical, que serviu como um filtro ideológico, que tinha por função detectar qualquer vínculo, ou até mesmo suspeita de vínculo com a oposição do regime militar, principalmente se tivesse alguma relação com a esquerda no Brasil. “Por outro lado, a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos sociais, ideológicos e religiosos. Os sujeitos desses conflitos são as classes sociais, os grupos, os movimentos populares, os sindicatos” (COSTA, 2000, p. 29).

Em geral, os governos neoliberais dos anos 1970 e 1980 assumiram o poder combatendo, no plano ideológico e com políticas concretas, os sindicatos e as centrais sindicais que lhes faziam oposição. Procuraram enfrentar a resistência dos trabalhadores quase sempre com a mesma e sistemática estratégia: desqualificação dos sindicatos, implementação de uma legislação antissindical e utilização da força policial para reprimir greves e protestos sociais (TRÓPIA, 2009, p. 23).

Os empresários e os “pelegos”, que foi uma denominação dada aos dirigentes sindicais nomeados como interventores, concordavam e até mesmo participavam da estrutura dos sindicatos Estatais militares, que se mantiveram sem nenhuma alteração. Mudanças importantes somente nos anos 1970, com as mobilizações mais autônomas e independentes dos trabalhadores, com uma oposição sindical, e assim o início de uma pressão contra a intervenção dos sindicatos e onde procura buscar uma maior liberdade de organização sindical.

O sindicato é frequentemente entendido como a organização dos trabalhadores na defesa de seus salários. Enquanto as classes capitalistas procuram aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores, os sindicatos procuram muitas vezes, reduzi-la com aumentos salariais (BRUNO, 1985, p. 70).

Por todo este momento histórico, era chegada a hora de desenvolver um processo de organização das fábricas, para assim romper com toda esta estrutura sindical, e assim agir de baixo para cima, o autor Rossi (2009) irá discorrer em seu livro que, apesar de existirem diferentes visões, os ativistas ligados ao PCB acabam por estimular a organização dos sindicalistas e assim visavam derrubar os “pelegos”, realizavam mobilizações da população brasileira para trazer à tona lideranças sindicais que pudessem articular mais com os trabalhadores, junto aos patrões e conseguir mudanças efetivas para a categoria. “No plano sindical, procurou-se reanimar as entidades de classe, tirando-as do estado de “hibernação” em que se encontravam” (FREDERICO, 2010, p.19).

A estrutura sindical que era atrelada sob a direção dos sindicalistas “pelegos” e os policiais interventores sobrevive com recursos financeiros que eram recolhidos através do imposto sindical durante a ditadura militar, que foi criado durante a Era Vargas, eram os “ditos” sindicatos oficiais, que usaram deste imposto para se sustentar. Tão logo os militares trataram de implementar medidas para superar a crise econômica do Brasil, e assim acelerar o capitalismo. Ao mesmo tempo os militares procuram aumentar a taxa de exploração da força de trabalho e assim aumentar os

lucros das empresas, o que acaba por um rápido processo de concentração da renda, do capital nas mãos de poucos. “São os sindicatos que procuram controlar os trabalhadores, canalizando as suas lutas para que não sejam nada mais do que a periódica expansão do mercado de consumo particular” (BRUNO,1985, p.73).

Para garantir o aumento da exploração da força de trabalho em cima do operário, foi usado o instrumento da política salarial, os sindicatos atrelados aos órgãos do governo e também a forte repressão militar não conseguiram articular melhores condições aos trabalhadores. A ditadura promove fusão e incorporação, que favoreceu a instalação de multinacionais, que estimula a associação do capital nacional ao estrangeiro. Com o aumento da demanda, e da exploração dos trabalhadores por parte das fábricas, cresceu também o número de trabalhadores nas indústrias, mesmo assim, avolumou-se o exército de desempregados e de subempregados. “Apesar de os dirigentes sindicais serem de origem operária, acabam defendendo os interesses da organização em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, porque se afastam do trabalho cotidiano da fábrica” (BRUNO,1985, p.75).

A situação brasileira se agrava com o processo recessivo, gerando desemprego em massa. As estatísticas oficiais apontam para a extraordinária cifra de cerca de 10 milhões de desempregados, que são jogados na economia informal e sazonal. Os salários são archoados progressivamente, continua o êxodo rural e o inchaço dos centros urbanos industrializados, cresce a concentração de terras e das riquezas produzidas. A miséria é avassaladora, 44% da população brasileira está no limite da pobreza e miséria. (ROSSI, 2009, p.59).

Com este crescimento industrial que teve no país, o número de trabalhadores das indústrias também tem um crescimento considerável, entre os anos de 1960 e 1970 a classe operária industrial duplica o seu número, está é a época do então chamado “milagre brasileiro”, esta grande expansão industrial traz consigo inovações na área da tecnologia e nos próprios processos de produção, assim como na gestão das empresas. “Como já vimos, os sindicatos tradicionalmente procuram enquadrar os movimentos e orientá-los com o objetivo de lhes retirar qualquer aspecto revolucionário” (BRUNO,1985, p.79).

Por todas estas inovações, acabam por modificar as relações de trabalho no interior das fábricas, que podemos perceber uma maior diversificação das tarefas nas empresas, de profissões, de cargos, assim aperfeiçoaram-se os métodos usados para

o controle, e as empresas se burocratizaram, principalmente as de grande porte. Deste novo modelo o resultado foi uma maior concentração da renda e por consequência o empobrecimento dos setores assalariados, o que ficaria conhecido como o arrocho salarial.

2.3 A BUSCA POR UM SINDICATO MAIS COMBATIVO, CONTRA O SINDICATO “PELEGO”

O aumento do número de assalariados em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, juntamente com as péssimas condições de salários e de trabalho, traz um “campo fértil” para as lutas, em sua maioria na segunda metade da década de 1970. Não eram lutas organizadas em seu princípio, mas lutas fragmentadas e isoladas. O golpe militar trouxe uma nova ordem social e econômica, e a relação com o movimento sindical visava destruir sua organização, e para isso colocou os interventores nos sindicatos e prendeu e perseguiu vários líderes sindicais, acabou com a instabilidade no emprego, e criou o FGTS, os governos militares procuraram inviabilizar as greves, até mesmo proibiram insuflar greves no Brasil, com tudo isso a um aumento do “peleguismo” nos sindicatos, que acaba por transformar os sindicatos em entidades assistencialistas, com função de políticas públicas.

Assim, as expressões ‘peleguismo’ e ‘pelego’ não estão, neste trabalho, como meros xingamentos. São conceitos e referem-se a um tipo de comportamento de dirigentes sindicais que não têm real compromisso com as necessidades e interesses dos trabalhadores, mas que favorecem a exploração capitalista (ROSSI, 2009, p. 49).

Os dirigentes “pelegos”, por assim dizer, fazem história no sindicalismo, bem antes, e depois no período da ditadura militar, como o próprio autor Boito Júnior relata, “o sindicalismo brasileiro funcionou, ao longo do período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978), como um sindicalismo de governo”. Isto é, por assim dizer, que estava integrado ao Estado graças às suas características estruturais, a real é que o sindicalismo esteve, nesta época, sob controle direto e estrito dos sucessivos governos militares. A maior parte das diretorias sindicais era “pelega”, dos que se diziam sindicatos oficiais, governistas. Já as poucas direções autônomas, que tentaram algum tipo de confronto com a política do então governo, era exemplarmente deposta dos cargos das entidades sindicais. “Os episódios mais dramáticos foram as

duas deposições da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ambas em meio a poderosas greves de massa, em 1979 e 1980” (BOITO, 1991, p. 69).

Os baixos salários são herança dos governos militares, pois os trabalhadores acabam por fazer os reajustes salariais diretamente com os patrões, sem a ajuda dos sindicatos, que foram descaracterizados, com isso os reajustes são abaixo da inflação, a tão temida política de “arrocho salarial”, modelo econômico que concentra a renda nas mãos dos capitalistas, que termina por criar uma sociedade com enorme desigualdade, e um crescimento econômico concentrado para a burguesia brasileira. “O modelo econômico da ditadura entrava em crise evidente no final dos anos 1970, e as dissidências cresciam no interior do próprio bloco do poder” (MATTOS, 2003, p. 60). Com tudo isso explodem centenas de greves que tinham como reivindicações a luta contra o arrocho salarial e também a busca de uma maior liberdade e autonomia nas entidades sindicais.

E as greves continuam; além das de maio, eclodiram manifestações em junho, julho e em fins de 1978, época do dissídio coletivo dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Em março de 1979 as greves voltaram com um novo peso. Aí encontraram um patronato muito bem preparado para reprimi-las, caso elas se realizassem novamente dentro das fábricas (ANTUNES, 1980, p. 84).

O grande exemplo, a vanguarda deste processo de lutas, foi a cidade de São Paulo, que é o polo mais dinâmico da indústria capitalista Brasileira. Com uma vasta concentração de empresas, tais como, empresa de automóveis, de eletrodoméstico, e conseqüentemente uma grande concentração da classe operária, que percebe a importância de sua ação política no processo de construção do projeto político e sindical, de novas formas de atuação. Como podemos perceber, São Paulo era o coração do capitalismo no Brasil, mas é também onde pulsa o sangue da classe trabalhadora industrial, e São Paulo se torna uma espécie de referência no país, pela capacidade de organização da classe trabalhadora. E buscar suas reivindicações por melhores condições de salário e vida. “O projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais. Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC” (MATTOS, 2003, p. 61).

Eram greves que se davam fora da data base dos operários metalúrgicos, não visavam a Justiça do Trabalho, confrontavam-se com a política

econômica da ditadura Civil-Militar, e apresentavam, de modo latente e difuso, uma atitude anti-regime militar e antigoverno, destoando em todos esses aspectos do sindicalismo vigente até então” (BOITO, 1991, p. 68).

“As greves operárias daquele período ocorreram, quase todas elas, no setor dos trabalhadores metalúrgicos do Estado de São Paulo, e se concentraram nos grandes estabelecimentos fabris. Foram ações coletivas nascidas dentro das fábricas” (BOITO, 1991, p.68). O movimento grevista iniciado em 1978 surge e organiza-se fora dos sindicatos oficiais. Percebemos que os trabalhadores estavam cansados da intransigência dos patrões, por isso, após incontáveis horas de negociação, o proletariado decide por deflagrar greve geral nas empresas metalúrgicas do ABC paulista.

Por sediar o início de uma onda grevista, o Sindicato dos Metalúrgico do ABC passaria a servir de referencial de combatividade. Porém não foi um caso isolado. Em 1978, ocorreram mais de cem greves no país, e no ano seguinte já haviam mais que duplicado em número. (MATTOS, 2009, p. 63).

Pela grande mobilização da classe operária, a Ditadura Civil-Militar não tinha como impedir as ocorrências de greves, pois o movimento operário era de uma amplitude e força que agravava as disputas no interior do poder, o que acabava por levar o partido burguês de oposição, o MDB, a de certa forma dificultar a resposta das ordens repressivas do regime militar. Os trabalhadores aderiram à greve de forma maciça, e os capitalistas, os patrões, acabam sendo pegos de “calças curtas”, os proletários estavam preparados, e ao invés de paralisarem suas atividades dentro das fábricas, como foi realizado em 1978, os operários usam de uma estratégia diferente, com uma larga experiência da classe antes de 1964, como os piquetes, eles, os trabalhadores não entram nos locais de produção.

Por consequência, mostram que fica mais forte a pressão operária com as máquinas paradas, sem ter produção nas indústrias, como o próprio presidente da época do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Luís inácia da Silva, falou, que a greve era um estágio de consciência, e este estágio de consciência permitiu que cem mil trabalhadores ficassem parados 17 dias, muitas das greves realizadas desde 1977, 1978, 1979 e 1980, foram de vital importância para demonstrarem a força da categoria dos trabalhadores, mesmo em plena ditadura militar os operários ousaram se levantar e ir à luta por melhores salários, por um sindicato mais autônomo e combativo.

O campo de futebol de Vila Euclides nunca estivera tão cheio. Sua capacidade fora suplantada em mais de dez vezes, tal foi a quantidade, lá presente, de homens e mulheres que compõem a jovem classe operária brasileira. E Lula consolidava sua liderança, contando agora com o apoio e solidariedade dos sindicatos de todo país; todos repudiando a medida arbitrária da intervenção (ANTUNES,1980, p. 86).

No Documentário “Linha de Montagem” aparece bem está parte, na qual a greve ultrapassa vários dias pela demonstração de organização dos trabalhadores, com os postos de distribuição de fundo de greve, distribuição até de alimentos para as famílias dos operários em greve, o trabalho feito nos bairros, pois mesmo depois que o líder sindical Lula e parte da diretoria foi presa, e a sede do sindicato passa por uma intervenção, acreditando que isso amedrontaria a classe operária, a greve segue em frente com uma grande adesão dos trabalhadores, demonstrando a forte organização da categoria, “as forças se acumularam, agora acrescida de nova e fundamental reivindicação: a exigência da volta das diretorias cassadas pelo gesto ditatorial e repressivo do governo” (ANTUNES,1980, p. 85). Como consequência a greve seguiu mais forte, e com o apoio e também solidariedade de todos os setores democráticos da sociedade brasileira, os próprios diretores cassados seguiram sendo verdadeiros líderes do movimento grevista, e assim conduzi-lo com maturidade e justiça, para que houvesse um grau de consciência por parte dos operários.

“O maior exemplo deste avanço foi o 1º de Maio Unitário, contando com cerca de 200.000 trabalhadores, que reavivou no seio operário o caráter de luta do Dia do Trabalho” (ANTUNES,1980, p. 86). O governo militar e os próprios patrões percebem, que mesmo com a radicalização que impuseram em cima dos trabalhadores, não conseguiram colocar medo e derrotar a classe operária, tiveram que negociar com os trabalhadores, e o principal foi conquistado, a volta das liberdades sindicais, e assim um avanço qualitativo no movimento operário, como sua organização, na base, pelo fortalecimento da unidade sindical, e buscando o fim da estrutura sindical da época, para que os trabalhadores tivessem uma efetiva participação mais democrática nos destinos da nação em todos os níveis, tais como do econômico, social e político.

Segundo o autor Ricardo Antunes, “além do que, a luta política da classe operária não deve surgir exclusivamente de organismos que se limitam ao âmbito fabril, mas sim de um partido organicamente vinculado às massas e que unifique e direcione a luta pela transformação social” (ANTUNES,1980, p. 89). Procuram suprir

algumas reivindicações dos trabalhadores e regular as relações entre capital e trabalho.

2.4 LUTAS GREVES, CUT E NOVAS FORMAS DE REIVINDICAÇÕES

Surgem novas formas de luta em busca de uma maior autonomia da classe operária, os anos de 1978- 1979 marcam o início de um período de lutas, assim como a projeção de novas lideranças no meio sindical, e também marca a retomada da discussão e também das tentativas de uma organização intersindical, após o golpe de 1964. Essa intensificação da vida sindical manifestou-se em vários níveis, a participação dos operários nos sindicatos e na própria organização da categoria resultou em um crescimento do número de sindicalizados nos primeiros anos da década. Isso se mostra na participação dos trabalhadores nas assembleias, assim como nas atividades sindicais a partir dos anos de 1978-1979, foram processos marcantes para a categoria dos metalúrgicos. “Os princípios, reivindicações e o tipo de ação presentes na origem da CUT estão imbricados com o novo sindicalismo” (COSTA, 2000, p. 48).

Nestes anos, vive-se um tempo de grandes congressos, de uma produção de documentos que representam as ideias do novo sindicalismo, e acaba por colocar frente a frente os sindicalistas mais ‘combativos’ e os ‘pelegos’. Os congressos em si não representam uma novidade no sindicalismo brasileiro, mas sim no reconhecimento dos congressos como instrumentos de democratização das entidades sindicais e como um espaço que serve para a participação, pois se torna espaço de tomada de decisões e um campo de luta para a classe trabalhadora. Um dos exemplos mais notáveis é o dos Metalúrgicos de São Bernardo, que para nós se constituiu num referencial para o novo sindicalismo, outro é o da CNTI, em 1978, que podemos considerar como um ensaio da luta dos autênticos contra o sindicalismo “pelego”.

As greves de 1978,1979 e 1980 mostraram que os trabalhadores necessitavam de um instrumento capaz de unificar suas lutas, uma vez que, isoladas, se tornavam uma presa fácil para a burguesia e seus governos: o movimento sindical decide criar uma central sindical (ROSSI, 2009, p. 56).

Tal processo acaba por potencializar as lutas e recoloca na pauta do sindicalismo a articulação intersindical, a criação de uma central única, e a partir desta nova perspectiva, surgem novos motivos, novos conteúdos para assim enriquecer a participação dos operários na luta. “A ideia da central única fora encampada por todos os blocos de sindicalistas. Em agosto de 1981, realiza-se a 1º Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), na Praia Grande, SP” (ROSSI, 2009, p. 56). “Esses movimentos constituíram-se de forma autônoma, assumindo tendências de romper com a tradição sócio-política da tutela e da cooptação, e por isso mesmo fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se (CHAUÍ, 1988, p.11). De certa forma trouxeram suas reivindicações para a esfera pública, e assim, retirando-a da esfera privada, de dentro das fábricas, construíram uma nova cultura política no contexto sindical. “As características traçadas pela CUT são semelhantes, guardadas as devidas singularidades históricas, aquelas que marcaram o ‘novo sindicalismo’”. (COSTA, 2000, p. 48).

E assim podemos considerar que esses movimentos urbanos construíram uma nova forma de se fazer e até mesmo conceber a política, caracterizando uma formação de sujeitos políticos na própria criação de conflitos de classes, e ao elaborar uma cultura política na conjunção de forças sociais. “Os movimentos contra a Carestia, pelo transporte, por exemplo, trouxeram a ditadura militar para a arena pública” (COSTA, 2000, p. 38). As suas lutas de reivindicação expressam buscas por uma cidadania social e acabam por criar demandas em torno de questões que seriam reguladas pelo Estado, e por assim dizer, não tem controle total, transformando as relações entre o Estado e a população.

A partir de 1978 houve mudanças substanciais no movimento sindical brasileiro. Contestando o papel de instrumentos burocráticos e assistencialistas desempenhado pelos sindicatos, sob forte controle estatal desde os primórdios da ditadura militar instaurada em 1964, os trabalhadores se apropriavam do espaço das empresas, reorganizando-se a partir dos locais de trabalho. As primeiras greves de 1978 foram possíveis graças à organização das comissões de fábrica (COSTA, 2000, p. 46).

No campo mais combativo os grupos traçam uma estratégia própria que buscava o envolvimento de outros setores. A estratégia dos combativos, num primeiro momento, visa convergir em torno da proposta da Conclat (Conferência das Classes trabalhadoras), dividindo-se, logo em seguida a criação da CUT. “A CUT cresce com muita força e combatividade. A CGT não mostra potência para enfrenta-la, levando a

burguesia à busca de alternativas para combater a central Cutista dentro do próprio movimento sindical” (ROSSI, 2009, p. 58). O novo sindicalismo tem por características a necessidade de lutar por transformações sociais e assim articular na prática política o cotidiano da experiência, procurou forjar o alargamento da política, e atuar no plano da solidariedade, na afirmação de valores e na constituição, contribuindo para desencadear processos de politização na sociedade brasileira, mesmo em plena vigência da Ditadura Civil- Militar.

O surgimento e a ação da Central, na década de 80, se inserem em uma conjuntura na qual a sociedade civil se empenha em lutas, para afirmação de direitos sociais, confrontando-se com a negação dos direitos que caracterizou a ditadura militar, ação que deságua na inclusão de vários direitos na Constituição de 1988 (COSTA, 2000, p. 54).

O denominado de ‘novo sindicalismo’, é um movimento sindical, que tentou romper com a estrutura sindical oficial, procurando exigir a liberdade e a autonomia sindical, e assim propor a construção de um sindicato de massas, de bases mais democráticas, assim o novo sindicalismo surge como uma resposta diante da crise que estava instalada no sindicalismo. A história é conhecimento do passado, das nossas tradições, raízes e heranças, assim o estudo da história nos possibilita a compreensão do presente e a construção de um projeto de futuro. A classe operária, o seu surgimento e o próprio conceito, são produto de um processo de formação histórica, no qual é preciso considerar as circunstâncias, a cultura, as tradições. O nascimento e consolidação da classe operária, em dado lugar, se dá a partir de seus interesses concretos, de suas tradições e cultura, de seus valores, das circunstâncias reais. “O que define a autonomia operária, enquanto prática social, é a sua capacidade de criar relações sociais de tipo novo, que se configuram em antagonismo aberto com as relações sociais existentes na sociedade capitalista” (BRUNO, 1985, p. 80).

Podemos dizer que a classe trabalhadora é produto das contradições geradas pelo próprio capitalismo, da expropriação da força de trabalho do operário, da exploração que sofre a classe proletária, a violência física, moral imprimida pelos patrões, para assim produzir lucro e riqueza. Como vimos no Brasil, a classe operária, neste período estabeleceu uma correspondência de sentidos entre os “novos movimentos sociais”, e as novas abordagens, da parte dos movimentos, das suas práticas, sua crítica do sistema, que só explora a classe trabalhadora, e assim através das lutas busca por uma maior autonomia, teve também como características, a

organização e a consolidação de centrais sindicais, o aumento das taxas de associações nas entidades sindicais.

A burguesia “apropriou-se” da classe operária, impôs seu terreno, seu ponto de vista, seu direito, sua organização do trabalho, sua gestão. Restava-lhe apropriar-se da “organização da classe operária enquanto classe” (Engels), isto é, dos sindicatos operários (EDELMAN, 2016, p. 111).

Por estar investido de ideologia dominante no sindicato, é de vital importância que a classe operária tome em suas mãos a direção das entidades sindicais, para que assim tenham maior autonomia de lutas para os trabalhadores. Percebemos que o denominado “novo sindicalismo”, nos anos 80, caracteriza-se por trazer novas práticas sindicais, de novas formas de organização de base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho. Então o “novo sindicalismo” é o surgimento de uma nova classe trabalhadora, que participava direto dos enfrentamentos com o autoritarismo, burocrático-militar, buscando direitos, que abrangem toda a sociedade, pois defendia uma ampliação de direitos democráticos nos locais de trabalho, reivindicando melhores condições de vida e também de trabalho no cotidiano fabril.

O antagonismo das classes, tornando-se cada vez mais agudo, força os sindicatos a organizarem greves cuja repercussão se faz sentir em todo mundo capitalista, interrompendo o processo da produção e da troca capitalista. Aumentando suas exigências à medida que aumenta o custo de vida e que elas mesmas se esgotam, as massas operárias destroem todo cálculo capitalista que representa o fundamento de uma economia organizada (AGUENA, 2008, p.124).

O que acaba por levar ao surgimento de um sindicalismo diferente do que existia até então, porque traz para dentro das entidades sindicais um padrão de ação sindical voltado e preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho, assim como uma organização a partir das empresas. E este tipo de ação sindical chega até nossa cidade, Santa Maria, caracterizado pelo empenho reivindicativo, pelos interesses imediatos da classe trabalhadora. E através deste movimento, que surgiu em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, demonstra que os operários procuravam afirmar-se na crítica à política econômica, implantada pelo governo Civil-Militar, contra o arrocho salarial, na luta por salários dignos e pelo direito de fazer greve e, conseqüentemente, por uma maior autonomia e liberdade das entidades sindicais.

3 FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DE SANTA MARIA NOS ANOS 1980

3.1 ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA

A classe trabalhadora, nos anos 1970 e 1980, de todo o país, está preocupada com as condições intrínsecas do processo produtivo, tais como, exclusão social, a miséria, os baixos salários, assim como preocupados por demandas mais amplas, como por exemplo, direitos, até certo ponto, direitos elementares para qualquer cidadão viver, com um pouco mais de dignidade, melhorias salariais, justiça social, melhores condições de trabalho dentro das fábricas.

As condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores brasileiros, após o golpe civil-militar de 1964, era de uma total degradação, porque com a implantação da ditadura, apoiado pelo imperialismo norte-americano e também pelos setores conservadores da sociedade, conteve o avanço popular que estava em um nível de organização em torno das reformas de base. Com o aumento da repressão e também do autoritarismo do Estado. Que acaba por refletir também dentro dos sindicatos, com as intervenções. “Nesse novo contexto, o movimento operário foi alvo da repressão sistemática comandada pela polícia política. Logo após o golpe, uma das primeiras medidas tomadas foi a repressão ao sindicalismo” (FREDERICO, 2010, p. 9).

Assim, além do sentimento de parte dos trabalhadores contra exclusão social, a miséria, o despotismo das chefias e os baixos salários, e até por estas questões, a entrada em cena dos trabalhadores na política brasileira, no final da década de 70, representou a demanda mais ampla por direitos, em muitos aspectos elementares, de moradia, de melhorias salariais e de justiça social e, principalmente, por se fazer presente na sociedade, interferindo com alguma eficácia no processo de transição política do País, ao mesmo tempo que foi fundamental para a ampliação das conquistas democráticas (RODRIGUES, 1999, p. 78).

A reação dos trabalhadores a essas condições de vida e de trabalho evoluiu, os trabalhadores acabaram expressando novas formas de resistência às duras condições que estavam sendo submetidos, e através de suas organizações conseguiram algumas conquistas importantes. Vale destacar que, além das reivindicações relacionadas às questões salariais e à organização do processo de

trabalho, também tem a luta contra o autoritarismo. Acabou assim difundindo o conjunto de reivindicações, e seus novos métodos de organização sindical, transformando o sindicato em um órgão mais representativo da classe dos trabalhadores. Criaram condições para o surgimento de um sindicalismo diferenciado daquele que existia em 1964, trazendo um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seu local de trabalho, e com sua organização como uma entidade mais combativa.

Em outras palavras, se de um lado, havia a reivindicação mais ampla por direitos democráticos, de outro, havia uma preocupação mais específica pelas questões suscitadas no interior das empresas, como, por exemplo, aquelas pequenas lutas consideradas, muitas vezes, “sem importância” no cotidiano da produção e que em certo sentido, possibilitaram o surgimento grevista de 1978 (RODRIGUES, 1999, p. 78).

E está nova forma de agir dos sindicatos é decisiva, porque possibilitou uma maior representação, fica marcado pela identidade com as bases operárias, e marca a ruptura com a ordem que estava estabelecida, na defesa de melhores condições de vida, e de uma vida digna. A ofensiva do sindicalismo, na década de 1980, possibilitou aos operários aperfeiçoar as negociações coletivas, com a entidade sindical representando os trabalhadores e, conseqüentemente abrindo novas perspectivas nas relações de trabalho, introduzindo regras sobre direitos sindicais, e acabando com o monopólio estatal na criação da norma, e com as decisões da justiça do trabalho.

Mas a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política. Assim ocorreu na longa batalha entre a burguesia (ou a classe capitalista) e a aristocracia rural e assim ocorre na luta da classe operária e esses capitalistas (AGUENA, 2008, p. 73).

O decorrer dos anos 1980 marca uma virada para o movimento sindical brasileiro, na busca por maior representatividade, os trabalhadores demonstraram a sua força de organização, dentro das entidades sindicais. Após atuarem dentro dos sindicatos para poder recuperar a liderança das entidades, e assim conseguir conquistas efetivas para a classe operária. “O Brasil, depois de muitos anos, retomava uma luta operária intensa, que em certo sentido sinaliza um quadro de ruptura com a ordem burguesa dominante” (ANTUNES, 2011, p.137). Momento de lutas sociais de classe. “Os resultados desastrosos da política de Médice e continuada por Geisel,

juntamente com a crise econômica agravada pela alta dos preços, e a alta da inflação” (PADOIN,1992, p.59). Período conhecido como o “milagre brasileiro”.

Através das leituras das Atas do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria¹ podemos perceber, nitidamente, que os membros da entidade sindical de Santa Maria tiveram como exemplo os sindicatos do ABC paulista. E por ter acompanhado a luta dos operários do ABC paulista, os associados, juntamente com a direção do sindicato de Santa Maria, iniciaram um processo de lutas mais organizadas.

O Sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria busca, através de suas assembleias, de suas reuniões, conquistas para os seus associados, assim realizavam votações para aprovar as reivindicações para a categoria, essas votações visavam pleitear as melhorias desejadas pelos trabalhadores metalúrgicos. E nestas reuniões eram apresentadas, analisadas e debatidas as solicitações dos trabalhadores. Após as deliberações e, se caso fossem aprovadas, as demandas da categoria metalúrgica. Com as informações obtidas na Ata nº 02 de 1982 do sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, que contém 200 páginas, enumeradas de 01 a 200 folhas, onde podemos retirar informações de grande relevância para uma melhor compreensão acerca da atuação do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria do ano de 1982-1988. O sindicato estava situado na rua Dr. Bozano, número 1147, sala 414. Sabemos que o trabalho é a mais valiosa riqueza dos trabalhadores, é o que lhe dá força em seu conflito com os patrões, é o que lhes permite opor-se a tudo que o prejudica, é através desta nova forma de se organizar, do “novo sindicalismo”, que os trabalhadores percebem que unidos por uma causa justa, por busca de melhores condições de vida, de trabalho, poderão galgar conquistas, mesmo sob um regime militar.

A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se poderá extrair esses conhecimentos é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si. (AGUENA, 2008, p. 23).

¹ SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA. Atas de Assembleias Gerais Nº 02, Santa Maria. 29/10/1982-1988.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, após reorganizar-se, no período de 1982², pois havia ficado um longo tempo parado, sem atividade, onde os trabalhadores da categoria eram representados pela federação estadual. O primeiro ato de convocação do Sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, foi no dia 29 de outubro de 1982. Foram convocados através do edital publicado no jornal A razão da cidade de Santa Maria, como ficou especificado na ata do dia 29 de outubro de 1982 (p. 02), “os trabalhadores, passariam a ser representados pelo Sindicato, após sua reorganização”. Foi aprovada uma junta governativa, para que se convocasse eleições do sindicato, conforme a portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1974. “A tarefa desta junta era “devolver” a entidade a atuação administrativa, que o sindicato havia perdido, por falta de representatividade”. A partir de então, como consta na ata nº 02 de 1982 (p. 4), os trabalhadores seriam representados pelo sindicato, e não mais pela federação, como vinha ocorrendo.

O proletariado, junto com outros setores oprimidos da sociedade, como o campesinato, os desempregados e subempregados, apresentam um interesse objetivo e historicamente universal de superar o caráter limitado desta formação social e avança para uma outra forma de vida coletiva do homem (MALAGODI, 1988, p. 20).

No decorrer da pesquisa da ata, constata-se que “o sindicato dos trabalhadores metalúrgico, através da participação dos trabalhadores apresentaram um conjunto de reivindicações para a categoria” (Sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, ata nº 2, de 1982, p.05). Que foram as seguintes, adicional de tempo de serviço de 6% (o quinquênio), para aquele trabalhador que tivesse 5 anos trabalhados na mesma empresa, assim como adicional de 3%, o triênio, para o trabalhador com 3 anos de serviços prestados, na mesma empresa, ganharia um reajuste calculado sobre o salário contratual. O auxílio escola, aos empregados e aos filhos dos empregados que fossem estudantes, fornecimento de equipamentos, para segurança e proteção individual (uniformes, roupas e Epis), dentre outras reivindicações.

Notamos que certas reivindicações são pedidos bem simples de serem cumpridos, e de certa forma não eram correspondidas pelas empresas (patrões). O sindicato dos metalúrgicos buscava a aprovação por parte dos associados para poder

² As demais atas do Sindicato dos metalúrgicos não atingem o propósito do estudo, porque havia um interventor e a documentação é inexistente.

cobrar do setor patronal. A partir da ata do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria (p.5-6-7,1982), notamos que até mesmo o pagamento correspondente a horas extras, que deveria ser pago em dobro ao trabalhador que realiza seu trabalho, em feriados e domingos, assim como o adicional noturno, para o trabalhador que realiza sua atividade a noite, não eram cumpridas pela classe patronal.

Outras reivindicações, tais como adicional de insalubridade, calculado sobre o salário contratual do operário, e não sobre o salário mínimo. Indenizações no valor de 50 salários mínimos, pago ao dependente do empregado que vier a falecer, em virtude de acidente de trabalho. Segundo Marx, (2015,72). O proletariado passa por diferentes etapas de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência. Marx fala que, para ser livre, o trabalhador tem que se organizar enquanto classe operária, com unidade, tomando consciência de sua exploração para que através das associações sindicais possa ter maior condições de realizar, as lutas contra a classe patronal, de forma organizada enfrentar a burguesia capitalista, pois só estando unida a classe operária realizaria as tão sonhadas melhorias para sua categoria.

Uma das reivindicações que encontramos na ata do sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria (1982, p. 6) é o item que pede a redução da jornada de trabalho semanal, para 40 horas sem reduzir o salário. Além das reivindicações que são de extrema importância para a classe operária, existiam outras necessidades do sindicato, tais como ter um serviço diário, através de um funcionário contratado pela entidade, e assim ter um melhor atendimento aos associados durante o horário comercial. As votações nas assembleias são sempre realizadas pelo sistema de escrutínio secreto, com o maior cuidado para que não haja fraudes nas votações do sindicato. Essas eram algumas das reivindicações da classe trabalhadora, que ao final da assembleia eram aprovadas por unanimidade. Mas não eram efetivadas enquanto conquistas aos trabalhadores. Um item está sempre nas reivindicações, que é a insalubridade, onde o sindicato teve que acionar a justiça do trabalho para que fosse feito o pagamento da insalubridade por parte das empresas locais no ano de 1983.

Um dos acontecimentos que chamou a atenção, que está relatado na Ata, foi a intenção do sindicato de fazer um curso de capacitação sindical, nível I, juntamente com a federação. Segundo a ata do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria (1982, p.10), “que este curso era um programa educacional patrocinado

pela federação”, mas teria por parte dos trabalhadores autonomia política. Outra questão que consta nas atas do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria (1982, p.10) foi o XI Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgico no período de 1 a 5 de agosto de 1983, porém os membros do sindicato acharam que a participação não era prioritária, e que deveriam ir no Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, em detrimento à Conclat, ambos os eventos seriam realizados na cidade de São Paulo, no mesmo mês, nos dias 26,27,28, de agosto de 1983. Na assembleia foi realizada a votação e aprovaram a participação no Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

As assembleias eram convocadas para determinado horário, mas sempre na primeira chamada havia um número insuficiente de participantes, através da pesquisa descobrimos que, além dos associados estarem no trabalho, o que mais nos chamou a atenção, foi o número muito baixo de associados da entidade sindical, no ano de 1983.

A partir do dia 1 de dezembro de 1983, o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria (1982, p.11) através do presidente da entidade, Elso Forgiarini Druzian, comunicou aos associados que a “entidade sindical irá disponibilizar a assistência odontológica”, demonstrando que o sindicato, até então era uma entidade assistencialista, buscava assistir, auxiliar os trabalhadores, não em lhes dar ganhos reais para a classe operária, em procurar ser um sindicato combativo. Demonstra ser um sindicato de conciliação. Uma das coisas que também realiza é a organização de um torneio de futebol entre os associados da categoria.

Em 15 de março de 1984, os associados reuniram-se para a seguinte ordem do dia, através do sistema de voto, iriam decidir se faziam ou não a revisão do dissídio coletivo, no mesmo dia foi deliberado sobre o aumento do valor recolhido para os cofres do sindicato, assim como foi deliberado se seria concedido, ou não, poderes ao sindicato para este ser o representante legal dos trabalhadores da categoria, e posterior, firmar um acordo com os patrões, a categoria econômica.

Após as falas de todos foi aprovado a revisão dos percentuais do dissídio, “por causa do elevado custo de vida, pleitear um aumento, era de vital importância para a classe metalúrgica, pois o valor não acompanhava a inflação do ano”. (Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria, 1982, p.13). Segundo Botega (2012). “Paralelamente a este processo, nos anos de 1980 e 1990, a cidade também vivia

uma redefinição de suas estruturas econômicas e sociais”. Para o patronato, beneficiário da maioria das medidas do regime, o controle salarial, ainda que limitasse possíveis movimentos táticos de escape nas negociações mais difíceis, era fundamental para o processo de acumulação por parte da classe patronal. “A região de Santa Maria foi a que apresentou pior desempenho em relação à produção industrial do Rio Grande do Sul: caiu de 2,11% em 1970 para 1,05% 1980” (PADOIN,1992, p.63).

O sindicato dos Metalúrgico de Santa Maria tem como atuação a busca por melhorias econômicas e de condições de vida dos seus associados, os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos geralmente não são respeitados, os trabalhadores, em particular, sofrem todo tipo de discriminação, tais como salários baixos, as condições de trabalho, de vida, higiene e saúde são precárias, por exerceram uma jornada de trabalho exaustiva, não tem nenhum tipo de lazer, ou lugares que lhes possibilite alternativa de descanso. Segundo o autor Giannotti (2007, p. 254), o “Sindicalismo de resultados, seu discurso defendia um pretense sindicalismo sem ideologia, que cuidasse unicamente dos resultados concretos para os trabalhadores”, mas o que podemos observar, no decorrer das pesquisas da ata nº 2 de 1982, é que o Sindicato dos Metalúrgico de Santa Maria, em seu primeiro momento, busca somente ganhos financeiros, e assim acaba por se tornar um sindicato assistencialista, apaziguador entre os dois lados.

Após se organizar, e mobilizar os associados, o sindicato, preocupa-se em buscar melhorias materiais para os trabalhadores. “Quanto ao nível do desemprego, em fevereiro de 1980, houve 366 demissões a mais que de admissões. Em todo o ano houve 16.620 admissões e 15.547 demissões, segundo a subdelegacia do Ministério do Trabalho” (PADOIN,1992, p. 64-65). Melhorias nas condições de trabalho, de salário, de ter representantes para a categoria, mesmo tendo, na época, um baixo índice de associados, na base de 800 membros do sindicato, pois mesmo os operários não acreditavam na entidade sindical, até mesmo por ele ter ficado tanto tempo sem atuação, então em seu retorno busca-se as melhorias essenciais para os operários, pois na conjuntura em que o país estava, a “carestia”, o custo de vida alto, os baixos salários, a primeira coisa a se buscar são os ganhos financeiros, e se fazer cumprir medidas simples do dia a dia do trabalhador dentro das empresas.

3.2 QUAIS AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS DENTRO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA

Tendo em vista que o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria ficou um longo período parado, onde a classe dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Maria, não tiveram uma representatividade, mesmo sendo um Sindicato antigo, com fundação em 26/07/1959, e nos anos da Ditadura Civil-Militar onde ficou sob intervenção dos militares³ que, no caso, não temos documentação, somente após essa reorganização do sindicato, em meados de 1982, através da pessoa do Elso Forgiarini Druzian, que junto com outros membros, organizaram e mobilizam o sindicato, para que ele voltasse a atuar e assim representar a categoria dos metalúrgicos da cidade de Santa Maria.

O Sindicato procurou implantar um curso de capacitação sindical destinados aos seus associados, capacitação sindical nível I, como mencionado acima, esses cursos fazem parte do programa educacional patrocinado pela federação, e que seriam ministrados no próprio sindicato nos dias 12 e 13/08/1983. Segundo a ata do dia 15 de julho (p. 10), e tendo inclusive recebido um bom número de inscritos, nesse tipo de atividade podemos perceber que o sindicato não tinha uma autonomia, pois estava atrelado a federação e, conseqüentemente, ao Estado, ao Ministério do Trabalho, por causa do imposto sindical, que lhes deixa de mãos amarradas para determinados assuntos, e assim, não seria um sindicato combativo e sim de conciliação entre as classes.

A partir da ata percebemos que, em primeiro momento, a estratégia do sindicato era pautada nas assembleias, debatendo as reivindicações que poderiam ser conquistadas, como já foi citado acima, melhorias salariais, os abonos, para os empregados estudantes que tivessem que sair na hora do expediente, as horas extras, insalubridade, dentre outras questões que eram abordadas. O que podemos notar, através da ata nº 02 de 1982, foi a seguinte questão, as reivindicações eram debatidas, eram votadas, eram levadas aos patrões, mas não eram conquistadas, nos parece que era somente um jogo de cartas marcadas.

³ Não encontramos maiores informações acerca do período em que o sindicato esteve sob intervenção dos militares, a documentação inexistente.

Segundo podemos observar na ata (1982, p.13,14,15,16), onde consta as reivindicações, um direito tão simples para o trabalhador, ver o que foi pago, o que foi descontado, lhes era negado ou negligenciado por parte das empresas, todos os trabalhadores associados se pronunciavam para que fossem aprovadas as reivindicações e também que para fossem concedidos poderes para a direção do sindicato dos metalúrgicos para que a mesma pudesse negociar com a classe patronal. Demonstra que o Sindicato, durante esta direção, não tinha autonomia para buscar as reivindicações, até mesmo uma falta de efetividade por parte da direção do Sindicato, o único ganho real para os operários metalúrgicos era o dissídio coletivo, que em certa medida é uma grande conquista para os trabalhadores, que viviam em tempos tão difíceis, de arrocho salarial e alta dos preços dos gêneros alimentícios. “Consequências dos efeitos da política econômica adotada no governo de João Figueiredo, que leva a economia brasileira a um período de recessão” (PADOIN,1992, p.65).

O que podemos perceber sobre o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria é a falta de eficiência de obter ganhos mais substanciais, de conseguir conquistar as reivindicações que estavam em pauta nas assembleias, como por exemplo, a questão da insalubridade, que sempre está em pauta, que seria uma grande conquista para a categoria dos trabalhadores metalúrgicos. Como citamos acima, o único ganho real era o dissídio coletivo, a partir dos relatos da ata 02 (1982, p. 22). Sobre a constante elevação do custo de vida, a necessidade de ser revisado o dissídio coletivo, e assim firmar um acordo com a categoria econômica.

Para os trabalhadores, talvez a direção não fosse tão combativa para alcançar as tão sonhadas reivindicações. Como foi exposto, ela, a direção da entidade, buscava uma conciliação com a classe patronal, visto que as reivindicações encontradas na Ata eram sempre as mesmas (Ata nº 2, SMSM,1982, pp. 23-26), estas sempre eram aprovadas pelos trabalhadores, nas assembleias, para serem debatidas com a classe patronal, mas nunca eram ganhas, ou cumpridas.

Sabemos que o sindicato ficou um longo tempo desativado, desde o ano de 1974, inclusive com a sua carta sindical suspensa pelo Ministério do Trabalho e, que neste período, a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado do Rio Grande do Sul, entidade a que o Sindicato é filiado, assumiu todas as funções da entidade sindical de Santa Maria enquanto este esteve desativado (Ata nº 2, SMSM, 1982, p.

17). Nesse tempo de reorganização, o sindicato foi mais de conciliação do que um sindicato combativo. A primeira gestão pós-reorganização foi boa em certas questões, principalmente em relação ao dissídio coletivo, que já era de grande ajuda para os trabalhadores em tempos de carestia, mas lhes faltava coragem para lutar por mais melhorias.

Podemos até exaltar está direção em certos pontos, principalmente em termos de participação, pois reorganizou o sindicato, trazendo os trabalhadores para uma participação sindical, na busca das reivindicações, de ter uma representação da categoria na cidade, mesmo que após as reuniões não conseguisse todos os ganhos pedidos nas assembleias, por falta de combatividade, ou por dificuldades impostas pelo próprio regime de governo em que estavam inseridos. “Problemas enfrentados pela economia santa-mariense, também brasileira, devido ao período de recessão” (PADOIN,1992, p.66).

3.3 POR UM SINDICATO SEM AMARRAS

Em 4 abril de 1985, os associados, juntamente com a direção da entidade, deliberaram sobre a filiação ou não à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, que após feita a leitura e os pronunciamentos, a filiação à CNTM foi aprovada através do voto secreto pelos associados da entidade, e assim foi efetivada a filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Segundo acreditavam que está filiação representaria um certo desatrelamento do sindicalismo oficial (ata nº 2, SMSM,1982, p.28).

Por meio desta filiação acreditam que lhes possibilitaria uma maior liberdade de atuação em detrimento ao sindicalismo oficial. Vale lembrar que a entidade tinha sido fundada em 19 de janeiro de 1985, tendo como presidente provisório na época, Joaquim dos Santos Andrade, O Joaquinzão. A CNTM era uma antiga reivindicação dos metalúrgicos e a proposta da sua criação foi aprovada no 11º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado nos dias 1 e 5 de agosto de 1983 em Praia Grande/SP, como consta na ata nº 02 (SMSM,1982, p. 28).

A ideia de criar a CNTM era de estruturar uma entidade voltada unicamente para a defesa dos interesses dos metalúrgicos, com melhores condições de

representar, organizar os sindicatos e federações e lutar pelas reivindicações da categoria em todo país.

Por sua vez, o processo de filiação à CNTM, onde acreditavam que teriam uma maior autonomia, conseqüentemente já foram esclarecidos sobre os seus direitos e deveres dos filiados, assim como sobre o valor das mensalidades sociais que deveriam pagar (Ata nº 02, SMSM, 1982, p. 28). Os metalúrgicos foram a primeira categoria a exercer uma certa liberdade sindical, em seu primeiro momento, fortaleceram a organização da categoria dos metalúrgicos para poder fazer as reivindicações para a classe operária. A disputa que existia entre os “sindicalistas Autênticos” e os sindicalistas da Unidade Sindical ganhou contornos mais nítidos na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1ª CONCLAT), realizada em 1981. Foi o único encontro intersindical do período, tendo reunido as principais correntes do conjunto do sindicalismo brasileiro.

“As duas tendências que surgiram em 1979, no movimento sindical se consolidaram rapidamente em dois blocos, com políticas diferentes, bloco da “Unidade Sindical” e bloco dos “Autênticos” (GIANNOTTI, 2007, p. 237). Mostra as diferenças que existiam dentro do movimento sindical, onde a Unidade Sindical era o bloco que tentava de todas as formas barrar as greves e os enfrentamentos com os patrões e conseqüentemente com o governo, eles propunham mais uma aliança da classe trabalhadora e a classe patronal, para que assim chegassem a um pacto social, e para o bloco da Unidade Sindical, greves muito prolongadas acabaria prejudicando a dita “abertura” que os militares estavam dando para o movimento, por isso para a Unidade Sindical nada de aventuras, era a palavra de ordem deles, era chamado de bloco reformista, composta por velhos “pelegos”, que buscava a harmonia entre as classes.

“O sindicato que melhor representava esse bloco era o dos Metalúrgicos de São Paulo. Passava as mãos dos antigos pelegos e interventores de 1964, às mãos do experiente quadro do PCB Luiz Antônio Medeiros” (GIANNOTTI, 2007, p. 238). Demonstra a linha que seguia o Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, pois buscavam mais uma conciliação com a classe patronal, do que um confronto em busca das reivindicações.

Já no outro bloco estavam os sindicalistas, do sindicato “Combativo”, ou Autênticos, exemplificados no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, também dos petroleiros de Paulínia (SP), e os sindicato dos bancários de Porto Alegre (RS).

“Para os seguidores dos Metalúrgicos de São Bernardo, o sindicato deveria servir para a luta reivindicatória, com um papel essencialmente reivindicativo e negociador” (GIANNOTTI, 2007, p. 238).

Após uma mudança na direção do sindicato⁴ dos metalúrgicos de Santa Maria, seguem a linha dos sindicalistas “Autênticos”, que busca mais pelas lutas reivindicatórias, por melhorias efetivas para a classe trabalhadora. Foi o período importante para a entidade sindical, pois estava na ordem do dia uma possibilidade de implementar estratégias mais revolucionárias dentro do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria. Citamos as tendências sociais, que emergiam do ciclo de São Paulo entre 1978-1980, pois foi nesta década que o país vivenciou um novo período de crise econômica e social, que culminou nas mobilizações da classe operária, em diversos locais do país em toda a década de 1980. E com certeza a nova direção que assume o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, em meados de 1986-1987, trouxe como exemplo São Paulo, sua unidade e sua organização em busca de melhorias para à categoria metalúrgica.

⁴ O presidente da entidade se afastou por motivos pessoais, no dia 19 de janeiro de 1987, assim como o vice-presidente, que seria o imediato a assumir, por isso os integrantes da diretoria resolveram afastar-se do cargo, o que provocou o chamamento de uma junta governativa provisória, até a convocação de novas eleições.

4 MOSTRAR AS CONQUISTAS EFETIVAS DOS TRABALHADORES

4.1 SINDICATO MAIS COMBATIVO, QUE REPRESENTA A CATEGORIA OPERÁRIA

Sabemos que o ano de 1978 foi de grande encantamento para a história do trabalho no Brasil. As transformações que o mundo da produção sofreu e do próprio trabalho, o início do refluxo do movimento operário e sindical, a busca por melhores condições de trabalho dentro das empresas, a luta por salários mais justos, que dê condições para a classe trabalhadora sobreviver, melhores condições à educação, à cultura, ao lazer, para ele e para sua família.

Por toda esta busca por melhores condições de trabalho, que fez com que a classe operária se pusesse em movimento, e assim a história seja posta a serviço dos movimentos sociais, das classes, que de certa forma seriam, as mais revolucionárias, porque assim perceberiam que estavam sendo oprimidos pela própria história, e lhes dando as condições de perceber as forças que os aprisionavam, para que pudessem determinar seu próprio destino, tomando as rédeas de suas vidas, e impulsionar o desenvolvimento humano, como um todo, e contra o pano de fundo dos interesses das elites, que detinham o poder. “Materialismo histórico, onde as relações sociais são determinadas pela satisfação das necessidades da vida humana, não sendo apenas uma forma, dentre outras, mas a condição fundamental de toda história” (MARX,2015, p.24).

Conforme Barros (2013, p. 28), o “materialismo histórico⁵ pode ser utilizado perfeitamente para, interpretar o mundo, embora também possa ser utilizado para transformá-lo”. É isso que os trabalhadores associados do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria, procuram fazer, mudar o mundo a que eles pertencem, a transformá-lo, de forma que lhes traga benefícios, pois viviam em tempos difíceis para a classe operária. “São as relações materiais, concretas, que os homens estabelecem entre si que explicam as ideias e as instituições que eles criam. Por isso

⁵ Termo utilizado na filosofia marxista para designar a concepção materialista da história, segundo a qual, os processos de transformação social se dão por meio do conflito entre os interesses das diferentes classes sociais) (MARX; ENGELS, 2015, p. 28).

mesmo, para se compreender a realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias” (MARX,2009, p.12).

Todos os homens são iguais e livres, e a sociedade é, portanto, por natureza e predestinação, ingovernável. Se o campo de atividade de cada cidadão é determinado pela divisão natural do trabalho e pela escolha de uma profissão, se as funções sociais são combinadas de maneira a produzir um efeito harmonioso, a ordem é uma consequência da atividade livre de todos os homens, não existe governo. Quem quer que coloque a mão sobre mim para governar-me é um usurpador, um tirano, e eu o declaro meu inimigo. (WOODCOCK, 2019, p. 178).

Os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos não caíram do céu, foram conquistados e ampliados através da luta social e da organização política, que é o que garante a todos o acesso a esses direitos. E assim permitindo que se cumpram seus deveres em igualdade de condições. A classe trabalhadora pode melhorar as suas condições de trabalho e salário, colaborando entre si, e com a unidade da classe, obter conquistas reais, para aperfeiçoar os direitos já estabelecidos para a categoria. “Daí a sua proposição de, unir os sindicatos para a luta mais eficiente na defesa dos interesses gerais do proletariado” (ANTUNES,1982, p. 99).

A luta por melhores condições de vida e de salários sempre esteve na pauta das reivindicações dos trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, como podemos perceber pelas anotações da Ata, nº 02, nas assembleias sindicais, desde que foi reorganizado o sindicato em 1982, tem por interesse a busca por melhorias para a categoria dos trabalhadores metalúrgicos, assim como de representação dos operários metalúrgicos, quem mais do que eles próprios para saberem quais mudanças reivindicar.

Por sentirem que a atual direção não estava mais representando os associados do Sindicato de forma adequada, porque, para se obter ganhos relevantes aos seus associados, a diretoria sindical tem que realizar algo distinto do previsto na lei, precisa possuir, pelo menos, consciência de classe. Quando os trabalhadores e certos membros da direção percebem que o único ganho que os beneficia é o dissídio coletivo, e que mesmo assim tem que ir para a justiça para o obter. Segundo a ata nº 02, (1982, p. 35), “onde através da assembleia foi autorizado que a entidade sindical, faça uma revisão de dissídio coletivo, pois os valores estavam defasados”. Com constante elevação do custo de vida, o valor que estavam querendo pagar não ajudava a categoria. “O pacote do governo considerando que os índices nele fixados,

já não se aplicam atualmente, por estarem excessivamente defasados” (SMSM,1982, p.43). Por estarem negando um direito aos trabalhadores, que lhes afeta diretamente, em termos de seus objetivos e interesses, acabam por perceber que, para transformar as relações sociais de luta, deveriam criar novas formas de organização.

A partir da ata nº 02 de 1982 (p.52) consta que o presidente havia se licenciado do cargo da entidade por tempo indeterminado, isso fez com que o sindicato convocasse uma assembleia para dar maiores explicações do ocorrido. “Os sindicalistas reconheciam que o principal obstáculo à atuação mais desenvolvida dos sindicatos era a sua dependência do Estado” (RODRIGUES, 1997, p. 77). Como também dos “ditos” pelegos, ou sindicatos de conciliação, para não lembrarmos dos assistencialistas.

O presidente em exercício fez uma explanação dos motivos que levaram o sindicato a chamar uma junta governativa, primeiramente expôs da defasagem que sofreu a diretoria com o afastamento de certos membros por motivos particulares, como do próprio presidente Elso Forgiarini Druzian, que havia se afastado por tempo indeterminado, e o vice, que deveria assumir de imediato, também havia se afastado do cargo dias antes (SMSM,1982, p. 51).

Os integrantes da diretoria resolveram se desligar do cargo, a título de licenciamento, o que provocou o chamamento da Junta Governativa, que irá governar de forma provisória, até que se faça uma convocação para novas eleições de presidente da entidade (SMSM,1982, p.51-52). Dando prosseguimento, o presidente em exercício explicou o porquê do licenciamento dos atuais integrantes da direção, que no desejo de trabalhar assiduamente, na empresa em que é empregado, o presidente Elso Forgiarini Druzian, resolveu se licenciar, pois iria assumir um cargo de chefia dentro da empresa, onde desempenhava suas funções. E que iria gerar conflito entre a classe patronal, e o seu desempenho como dirigente da entidade sindical.

Pois foi o que teria preocupado os associados, que o presidente Elso Forgiarini Druzian, teria trocado de lado (SMSM,1982, p.51), “pois dificilmente poderia estar de bem dos dois lados”, operários e suas reivindicações, e com a classe patronal, por exercer um cargo de chefia dentro da empresa em que prestava serviço. O que podemos perceber deste líder sindical, Elso Forgiarini, é que ele, como liderança sindical, busca mais a conciliação entre as classes, em ser um Sindicato

assistencialista e não combativo, por isso a falta de maiores conquistas por parte da entidade.

As poucas conquistas que tinham, vinham através de cobranças judiciais, uma conciliação com a classe patronal, não por ser um sindicato combativo, que busque um enfrentamento com os patrões. “Conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras” (MUSTO, 2014, p. 98). Através da leitura da Ata, podemos analisar que, no início, o sindicato buscava somente a conciliação com a classe patronal, após a saída deste presidente busca-se um enfrentamento político, e assim ter condições de defender suas demandas econômicas na esfera pública, ao mesmo tempo que se constituiu em uma força política, para construir canais de negociação com entidades patronais, e poder introduzir uma pauta de reivindicações voltadas para questões sociais.

4.2 NOVAS FORMAS DE LUTA, E SEUS GANHOS REAIS PARA A CATEGORIA

Após passar por todos os tramites legais, em janeiro de 1987, a Junta Governativa, que era composta pelos companheiros Antônio Valdeci de Oliveira, Vilmar Teixeira Galvão e Antônio Cezar Soares promovem novas eleições na entidade sindical, também foi realizado um chamamento da categoria, para unir-se, e se organizar, neste momento difícil pelo qual passava a entidade sindical dos metalúrgicos (SMSM, 1982, p.51-52). “Para Marx, a autoemancipação da classe operária exigia um processo longo e fatigante” (MUSTO, 2014, p. 57). A junta governativa estava responsável por organizar novas eleições da entidade sindical de Santa Maria.

A partir da ata nº 02 de 1982 (p.52), após realizadas as eleições sindicais, no dia 11 de março de 1987, os integrantes dos órgãos, que foram eleitos, receberam suas respectivas credenciais, declarando-os empossados nos cargos da direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Maria. No dia 11 de abril de 1987, sendo que o cargo de presidente da entidade ficou com o companheiro Antônio Valdeci de Oliveira, e o de vice-presidente para Vilmar Teixeira Galvão, onde o término do mandato dos mesmos se daria em 11 de abril de 1990.

No dia 22 de maio de 1987 são debatidas reivindicações nas assembleias, onde podemos notar, na Ata nº 02 do sindicato de Santa Maria, que muda certos pedidos

de melhorias, percebe-se que muda a forma da convocação dos integrantes da categoria, que eram feitas através de edital de convocação no Jornal A razão da cidade de Santa Maria, agora os membros da entidade eram convocados através de panfletos, distribuídos em frente das fábricas da cidade, nota-se que a uma mudança na forma de agir do sindicato, e de interagir com os associados, pois o sindicato “bebeu” da fonte das lutas dos operários do ABC paulista, e se torna um sindicato mais combativo, que visa obter ganhos mais efetivos para a melhoria dos companheiros filiados na entidade sindical (SMSM,1982, p.61).

O sindicalismo combativo, após a criação da CUT, tornou-se a principal força política do movimento popular reivindicativo. A atuação da CUT foi marcada pela participação de suas lideranças na organização de ações de massa contra o modelo econômico implantado no país, pela conquista de inúmeros sindicatos pelegos e por uma prática sindical reivindicativa, agressiva e grevista (TRÓPIA, 2009, p. 43).

Quando a nova direção assume o cargo do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, traz novas formas de abordagem para a categoria, pois, como foi dito acima, “bebem” da fonte, dos acontecimentos do ABC paulista, que demonstrava novas abordagens, novas formas de organização da classe operária. Uma das abordagens da nova diretoria “é trazer pessoas de outras cidades, para ministrar palestras sobre sindicalismo, sobre como se organizar, trazendo assim novas perspectivas para os trabalhadores, porque eram pessoas que mantinham contato com deputados, com outros sindicalistas, e um destes era o deputado federal Paulo Paim, metalúrgico de Canoas”, com longa experiência na luta sindical (SMSM,1982, p.61). “Na luta política de classe contra classe, a organização é a arma mais importante” (AGUENA, 2008, p. 74).

Notamos que a nova direção busca ter um diálogo entre os associados, e assim tomar as devidas decisões. Uma outra questão que está em pauta em uma das assembleias, é a notícia, que deixou todos assombrados, o ex-presidente da entidade sindical, Elso Forgiarini Druzian, que após ter saído da presidência do sindicato, para assumir o cargo de chefia da empresa Idema. A partir da ata nº 02 de 1982 (p. 63) “Ficaram sabendo, que agora ele era o patrão na empresa, Idema, e que punia os trabalhadores que tivessem faltas, e faz com que os trabalhadores assinem advertência, e se não assinarem, imediatamente serão suspensos, além disso temos a denúncia de outros tipos de repressão sobre os operários”, que acabaram sendo

confirmados pelos companheiros da Idema que estavam presentes na assembleia. “Segundo Marx, o trabalho, livre da alienação resultante da propriedade dos meios de produção, fará surgir uma sociedade sem classes” (DURAND, 2016, p. 103).

A assembleia decidiu lançar uma nota de apoio e solidariedade aos companheiros da empresa Idema, e ao mesmo tempo repudiando a atitude daquele que, a bem pouco tempo, “defendia” a classe trabalhadora, e que hoje, mudando de lado, tornou-se um explorador e repressor aos ex-companheiros de categoria (SMSM,1982, p.64).

A nota de apoio aos trabalhadores da empresa Idema será distribuída na frente da mesma, pelos membros da diretoria do sindicato, e também será mandado uma correspondência registrada, convidando o ex-presidente a prestar alguns esclarecimentos à direção do sindicato, em uma reunião, no dia 10 de julho de 1987.

Assim como uma nota de apoio aos professores em greve, e outra nota de solidariedade para os companheiros mecânicos demitidos da empresa Planalto, por motivo da realização de uma greve por melhorias para a classe trabalhadora (SMSM,1982, p.64). “Ao abordar questões delicadas, como contrato coletivo de trabalho, arrocho salarial, salário mínimo profissional, liberdade sindical, entre outras, ele evidenciava a existência de uma categoria” (PARANHOS, 2011, p. 35). Demonstra a importância da união dos trabalhadores, onde foram capazes de organizar a entidade, e este se tornou o porta-voz dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria.

Uma outra forma que os sindicalistas usavam para a convocação da categoria era anexar panfletos na sede das empresas, fazendo o chamamento dos trabalhadores para a assembleia da categoria, e assim procurar realizar as negociações com a classe patronal (SMSM,1982, p.66). Em detrimento a abordagem da antiga diretoria, que colocava uma nota no jornal a razão.

Uma questão importante para a classe trabalhadora seria a unidade da classe operária, como consta na ata nº 02 de 1982 (p.66-67), era a escolha de delegados que iriam representar a entidade em um congresso de criação do departamento dos metalúrgicos do Rio Grande do Sul. No dia 2 de março de 1988, segue a luta para que o dissídio da categoria fosse revisto, pois os patrões não queriam pagar o valor correto, pelo que podemos perceber, ano a ano, tinham que ir para órgãos da justiça para que fosse cumprido os pagamentos, e assim contemplar a categoria com ganhos reais aos trabalhadores metalúrgicos.

Estás buscas por melhorias aos trabalhadores, nas discussões e votações nas assembleias, visam primeiramente a melhoria econômica dos operários, pois os trabalhadores do país viviam uma situação econômica precária, por causa da escalada inflacionária, (arrocho salarial), que novamente assola o país nos anos de 1980 (SMSM, 1982, p.67). (Para que assim fosse colocado imediatamente o processo de revisão de dissídio coletivo, e poder fazer frente as constantes, e até abusivas elevações do custo de vida para o povo brasileiro). “Com certeza de que somente pela nossa própria ação, conseguiremos atingir os objetivos almejados pela classe que representamos” (PARANHOS, 2011, p. 45).

O movimento operário e sindical brasileiro não pode mais ser reduzido ao que ocorre numa ou noutra fábrica ou categoria profissional, neste ou naquele sindicato, em determinada cidade ou região. Ao mesmo tempo que implantam suas estruturas de base nas fábricas, adquirem características de fenômeno nacional de vastas proporções. (FREDERICO, 2010, p. 213).

Notamos, através da leitura da ata nº 02 de 1982, (pp.68- 74), que o sindicato está sempre buscando as reivindicações dos trabalhadores, usando de vários meios para poder obter os ganhos para a classe dos trabalhadores metalúrgicos de Santa Maria. Temos que pensar o movimento operário e sindical brasileiro através de suas estruturas e também de suas tendências. Os anos de 1980 foram anos em que o movimento operário renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce as sindicalizações, e surgem novas formas de organização da classe operária no Brasil como um todo. E o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria acaba por fazer esta transição, em mudar as suas abordagens.

4.3 CONTEXTO DAS LUTAS SINDICAIS EM SANTA MARIA

A eclosão das famosas greves do ABC paulista, a mais de três décadas, colocou em questão as atuais relações industriais de trabalho quanto ao sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que os metalúrgicos de Santa Maria, pós a mudança na presidência da entidade sindical, onde o contexto das reivindicações eram diferentes, usam destas novas formas de lutas, que surgiu no ABC paulista, e passam por uma reestruturação produtiva, alterando, por assim dizer, as ações sindicais, a antiga

direção priorizava o acordo ao invés do conflito, mas não deixavam de ostentar um certo patrimônio simbólico de lutas, para não perder associados da entidade sindical, já a direção que assume procura transformar a combatividade em um de seus principais elementos de luta, e assim define o que significa, como o ser metalúrgico, “bebendo” da fonte do sindicato do ABC paulista, que traz uma experiência social diferente para a classe trabalhadora, em seu fazer histórico.

Companheiros e Companheiras: O sindicato somos todos nós, ele existe em função de todos vocês, por isso somos a família metalúrgica. Sua diretoria será um reflexo da união de classe. Lembrem-se sempre, nossos êxitos serão vossos êxitos, nossos fracassos serão os vossos fracassos, a nossa união será a nossa força, a vossa compreensão será a nossa alavanca para remover os obstáculos que se nos apresentarem. Até sempre companheiros (PARANHOS, 2011, p. 46).

Uma das grandes preocupações desta diretoria era manter a classe metalúrgica da cidade unida, para que assim consiga buscar pelas reivindicações da categoria, tais como, campanha salarial unificada, transporte para o trabalhador, pago pela empresa, semana de 5 dias, horas extras em viagens a serviço, 40 horas semanais (SMSM,1982, p.67), e demais bandeiras da classe trabalhadora. Por todas essas questões o sindicato é taxativo da importância da categoria em continuar unida e organizada nesta tarefa difícil, que os trabalhadores, junto com os dirigentes sindicais irão enfrentar, assim a direção salienta a importância da participação maciça dos companheiros nas próximas assembleias.

A luta por mudanças na categoria começa com a reestruturação do mundo do trabalho, buscando unir a categoria de uma forma mais combativa, que possa realmente conquistar as reivindicações da classe metalúrgica de Santa Maria, fortalecendo o sindicato, trazendo o associado para dentro da entidade, mostrando da sua importância, em estar presente nas assembleias, como por exemplo, no caso em que escolheram, entre os associados presentes em uma das reuniões, companheiros para exercerem cargos vagos na diretoria, e a melhor solução foi escolher dentre os associados presentes, os companheiros que quisessem vestir a camiseta do sindicato realmente, aproveitando que a casa estava lotada de companheiros, foram escolhidos os nomes para fazer parte da entidade sindical (SMSM,1982, p.74-75).

O mais importante de tudo isto, no que podemos perceber, na ata nº 02 de 1982, era a união dos trabalhadores da classe dos metalúrgicos, pela grande participação dos associados, pois uma das preocupações, desta nova diretoria era a

pouca participação dos membros da entidade, porque o sindicato não era reconhecido nem pelos próprios trabalhadores, e muito menos pela classe patronal, e a partir da posse da nova direção, o sindicato ganha um novo contexto para as reivindicações, novas formas de chamamento da classe operária, trazendo esses trabalhadores para a filiação, pois passam a sentir, e ter o reconhecimento que o sindicato é mais representativo, que não é mais um sindicato de conciliação, mas que agora é um sindicato combativo, que vai realmente em busca das reivindicações, conflitando com a classe patronal. Como da importância da participação do Sindicato no congresso da CUT regional (SMSM,1982, p.77). Demonstrando que o sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria busca unir forças políticas e assim realizar melhorias a categoria metalúrgica.

Outra questão, a de que ninguém ganhava a insalubridade, era uma das reivindicações que mais estava em pauta nas assembleias, e os membros da nova direção, através das novas abordagens que foram ditas acima, conseguiram conquistar para os trabalhadores metalúrgicos. E por trazerem estas novas abordagens de luta, o número de associados que era 240 no início passou para 1000 associados, demonstrando a efetividade nas lutas sindicais da nova diretoria, em detrimento da anterior que, como se diz na gíria entre os trabalhadores, era uma diretoria “pelega”, que puxava o saco dos patrões, que só buscava a conciliação entre as classes operárias e capitalistas. “Os sindicatos tiveram ainda um papel decisivo por causa da posição justa que assumiram. De um lado, estimularam os trabalhadores a lutar por seus interesses” (FREDERICO, 2010, p. 216).

Diante do penoso cotidiano dentro e fora das fábricas o operariado precisava de um sindicato mais combativo, ainda mais no contexto em que viviam, com a inflação, arrocho salarial, a única forma possível era a resistência coletiva dos operários face as condições de existência. “São evidentes as reivindicações no sentido de favorecer a atividade sindical no interior das empresas” (PARANHOS, 2011, p. 62). A insistência e ampliação da organização do sindicato.

A organização sindical e o próprio movimento operário foram exemplo claro desse tipo de reação operária. Notamos, através da ata nº02 de 1982, que a entidade sindical está mais atenta aos interesses dos trabalhadores, como no caso da demissão do companheiro Antônio Alves Ferreira Filho e também na questão da empresa Idema (SMSM,1982, p.76). Tal empresa perseguia seus trabalhadores que

tivessem faltado ao trabalho. Nesse sentido notamos que já existe um maior interesse por parte do sindicato, da sua nova direção, que busca por melhores condições aos trabalhadores, e que se cumpra os direitos já existente para a classe metalúrgica. “Os aumentos obtidos são ainda pequenos se se considerar o crescimento do custo de vida” (FREDERICO, 2010, p. 219).

Diante dos registros citados, é importante destacarmos a união dos trabalhadores, ligado a confiança e a coragem, juntamente com os companheiros da entidade sindical, puderam lutar pelas reivindicações da classe metalúrgica de Santa Maria. Não podemos dar forças aos nossos inimigos de classe, que falam em “liberdade de trabalho”, traindo os companheiros de luta no cotidiano, por isso dá importância da unidade sindical, que os dirigentes que assumiram buscam trazer a entidade, com as novas formas de luta, de atrair o associado, o corpo-a-corpo, os panfletos o estar em frente das fábricas, para que o trabalhador perceba que ele não está sozinho nesta empreitada de reivindicações e de que se cumpram com certas leis, que são tão simples em serem colocadas em prática por parte dos empresários. Para defender os seus interesses os trabalhadores precisam coordenar as suas lutas. E para isso é importante que se tenha uma entidade sindical combativa, com uma direção forte para enfrentar as empresas em busca das reivindicações da categoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do “novo sindicalismo” para o movimento operário brasileiro, assim como para o fim da ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização, foi marcante nos estudos do trabalho no Brasil. Percorreu diversas fases, expressando ênfases e também interpretações diversas. Em um balanço do conjunto, foi possível constatar as abordagens como foco no sindicalismo de Santa Maria, em busca de suas atuações no setor dos trabalhadores metalúrgico, usando como exemplo o ABC paulista, como principal sustentáculo da construção de um sindicalismo organizado e combativo.

Tendo como experiência sindical brasileira do ABC paulista, trazendo estas novas abordagens para o Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, produzir um esforço de pesquisa, para assim poder compreender as nuances particulares do segmento metalúrgico da cidade de Santa Maria. As transformações nas práticas sociais do trabalho e a permanente reinvenção das práticas na entidade sindical.

Os esforços, para realizar a pesquisa, para obtermos um melhor entendimento das ações do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria. A relevância em suas ações para ganhar as tão sonhadas reivindicações da categoria metalúrgica da cidade. Protagonizando os trabalhadores e os membros da entidade sindical, como atores que construíram, a partir da eclosão, das organizações do “novo sindicalismo”, e os seus desdobramentos na entidade sindical dos metalúrgicos de Santa Maria, o início de novas formas de lutas e organização que teve como exemplo os acontecimentos de 1978 e 1980, no ABC paulista e suas conquistas aos trabalhadores.

Levando em conta as pesquisas na ata nº 02 de 1982 do sindicato dos metalúrgicos de Santa Maria, percebemos a diferença de abordagem entre as duas direções, a primeira, que ficou no cargo até meados de 1986-1987, não conseguia efetivamente obter conquistas para a classe metalúrgica. Pois se mostrava uma direção que buscava a conciliação entre as classes patronal e a classe operária. Nos parece que não demonstrava um espírito de luta, mas sim, que pedia para o lado do patrão. Através das pesquisas, podemos ver que a nova direção da entidade sindical, com ações mais combativas, de enfrentamento dos capitalistas, conseguiu realizar importantes conquistas para a categoria, e o exemplo maior foi a conquista da insalubridade, assim como o Sindicato passa a ser reconhecido e respeitado pelos

próprios trabalhadores metalúrgicos, como uma entidade sindical combativa, que luta pelas reivindicações de seus associados.

O movimento social/sindical busca melhorias para os trabalhadores, demonstrando a sua inconformidade com as políticas do governo, de arrocho salarial, de alta dos preços, onde somente o grande empresário recebe a parcela do “bolo”, em detrimento do operário, que não fica com nada, somente com um salário de fome. Os anos 1980 foi um período de intensas mudanças no Brasil, um dos setores que mais sofreu mudanças foi o sindicato, trazendo novas formas de conquistas aos seus associados, mesmo no período do regime militar em que havia uma forte repressão.

Marx (2009) irá dizer que o trabalho, portanto, e não as ideias, que serão o fundamento da vida social. O materialismo também defende a superação da exploração da força de trabalho e das desigualdades sociais fixadas na sociedade capitalista. O Materialismo acredita que o homem se desenvolve na medida em que interage com a natureza e modifica os meios de produção material. É travando as lutas pelas reivindicações que poderá atrair as massas operárias, para que haja uma unidade da classe trabalhadora, juntamente com um Sindicato organizado e combativo. Para poder defender os interesses dos trabalhadores metalúrgicos com unidade e solidariedade.

REFERÊNCIAS

- AGUENA, Paulo, org. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- ANTUNES, Ricardo L.C. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicalismo no Brasil da Revolução de 30 até a Aliança Nacional libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BARROS, José D´ Assunção. **Teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BATALHA, Claudio H.M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da república à revolução de 30**. Vol.1 Rio de Janeiro: civilização Brasileira 2006, pp. 161-190.
- BOITO, Armando Jr. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e cidadania: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil**. São Paulo: Unitrabalho. São Luís: EDUFMA 2000.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Industria, Trabalho e Cotidiano: Brasil 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.
- DURAND, Jean-Pierre. **A Sociologia de Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário 1964-1984**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GIANNOTTI, Vito 1943. **Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

IRAN, José Ribeiro, WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes** Santa Maria, RS: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

MALAGODI, Edgar. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã/ Karl Marx, Friedrich Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MARX, Karl (1818-1883) e Engels, Friedrich (1820-1895). **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.

MUSTO, Marcelo. **Trabalhadores Uni-vos!:** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS** (uma análise histórica sobre a CACISM).1992. 98f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1992.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos: 1971-1982**, Campinas, SP: Unicamp, 2011.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. **O trabalho e suas transformações: um olhar sobre o Brasil no final do século XX**, Bauru: canal 6, 2015.

RODRIGUES, Iram Jácome. **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

ROSSI, Waldemar. **Para Entender Os Sindicatos no Brasil: uma visão classista/** Waldemar Rossi, William Jorge Gereb. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Iram Jácome, **1949- Sindicalismo e política: a trajetória da Cut**. São Paulo: Fapesp,1997.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA MARIA. **Atas de Assembleias Gerais Nº 02**, Santa Maria. 29/10/1982-1988, páginas 01-200.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM, 2019.